

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

CAMILA FERREIRA SOARES

A relação entre famílias homoparentais, a sociedade e a instituição escolar:
discriminação, inclusão e aspectos socioemocionais.

São Paulo

2025

CAMILA FERREIRA SOARES

A relação entre famílias homoparentais, a sociedade e a instituição escolar:
discriminação, inclusão e aspectos socioemocionais.

Trabalho de conclusão de curso realizado como exigência parcial para a graduação no Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Plínio de Almeida Maciel Jr.

São Paulo

2025

AGRADECIMENTOS

O fim de um ciclo de 5 anos está se consolidando. O TCC é um ato simbólico, mas é apenas o selo da entrega de uma construção brilhantemente intensa que foi feita ao longo desses anos. E se há algo que podemos ter enquanto certeza nessa vida, é que nada se faz sozinho. Nem um selo, nem uma relação, quanto mais uma graduação. Por isso, não poderia deixar de agradecer imensamente algumas pessoas especiais.

Aos entrevistados, muito obrigada por terem partilhado comigo um pequeno trecho da história de vocês e dar luz a esse trabalho. A tônica que vocês deram através de suas palavras foi única, e trouxe a visibilidade afetiva que eu tanto queria demonstrar com essa pesquisa.

Aos professores Plínio de Almeida Maciel Jr, Maria Elisabeth Montagna, Vera Lúcia Mendes e Marcio Farias: Plínio, meu exímio professor orientador de TCC, muito obrigada por cada tarde de sexta ao longo de um ano, por cada risada, partilha e compreensão. Não poderia ter tido orientador melhor; Beth, minha doce e tão querida supervisora que construiu comigo, ao longo dos anos, uma relação de muita escuta, afeto e confiança. A Psicologia que acredito e irei exercer tem muito do seu trabalho, obrigada por isso; Vera, figura ilustre que brilha por onde passa, obrigada por tornar tão significativo cada momento que tive a honra de te ouvir em aula e poder dialogar com você. Obrigada, principalmente, por me apresentar a Psicanálise da melhor maneira possível; Marcio, não há palavras suficientes para descrever a minha admiração e carinho por você e sua trajetória. Te agradeço por me fortalecer, principalmente quando tive muitas dúvidas e inseguranças. A todos os professores da graduação, sou muitíssimo grata.

À Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que foi generosa comigo ao me proporcionar encontros tão lindos e únicos com muitas pessoas queridas, sejam amigos, professores ou funcionários, além de me levar a lugares e espaços singulares que foram decisivos e imprescindíveis para a construção da minha carreira.

À minha psicóloga, Ana Carolina (Nina), que me acompanha há alguns anos e, em uma de nossas sessões, partilhou que vislumbrava, feliz, o dia que eu me formaria. Esse dia está mais próximo do que nunca, Nina, e você faz parte disso; te agradeço por ser tão firme, gentil e extremamente competente comigo. Meu primeiro e grande exemplo de psicóloga é você!

Aos meus familiares, agradeço por não desistirem de acreditar no meu potencial e me incentivarem a continuar a todo momento. A graduação não é o caminho mais florido de se percorrer, mas concluo ela com mais recursos do que imaginava, e tudo só foi possível por,

alguns anos atrás, ter escolhido ficar em São Paulo por ter acompanhado diariamente o meu avô, Honorato, em sua batalha individual. Ir para a PUC foi uma das melhores escolhas que fiz.

À minha irmã, Cintia, que também viveu uma densa jornada ao longo dos últimos anos e integra um lugar único de compreensão, parceria e amor recíprocos na minha vida desde a infância. Se há alguém que me embalou com tanto humor e sabedoria ao longo dos anos, esse alguém foi você. Obrigada por ser tão você, e por sempre estar comigo, de onde estiver.

À minha querida amiga, Sophia, que chegou como excelente dupla de estágio e acabou se tornando a melhor amiga que alguém pode ter. Foram incontáveis os momentos que você não soltou a minha mão, muito pelo contrário, apertou com mais firmeza. O nosso encontro foi, sem dúvidas, um divisor de águas para mim. Obrigada por me ressignificar o conceito de lealdade, confiança e parceria, So. Absolutamente especial. A vida é muito melhor com você.

Às minhas amigas feitas ao longo desses últimos anos, que em diversos momentos tornaram os dias mais leves. Em especial, agradeço aos grandes amigos Beatriz, Fernanda, Lucas, Gabriela e Catarina. A amizade que construímos é tão linda quanto a admiração que tenho pelo potencial de cada um. Se tiver que me lembrar de algo bom da graduação, todos vocês surgem à mente. É ao lado de vocês que me encontro e quero permanecer.

Ao meu grande e belíssimo amor, que não só enxugou todas as minhas lágrimas como me fez rir das situações, me deu colo, carinho e amor o tempo inteiro. Esteve comigo ao longo dessa trajetória quase por inteira, e me deu uma base sólida para seguir em frente. Acredita em mim o tempo todo, é a minha melhor companhia e me proporcionou a honra de dividir a vida para sempre. Não há presente maior do que ser amada por você, Maria Renata. Eu amo você com todo o meu coração.

Por fim, não poderia deixar de agradecer também a pessoa que conquistou tanto em tão pouco tempo, sob incontáveis sacrifícios. Se há alguém que merece saber quão grata sou por nunca ter desistido, e que no fim, merece saber de todo o orgulho que gerou para ela e todos ao seu redor, essa pessoa sou eu mesma. A criança interior que existe em mim fica extremamente feliz em saber que conseguiu, e a minha versão adulta levanta essa vitória em nome de toda essa história que percorre o meu corpo.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho para os meus amigos, colegas e todas as pessoas pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+, e principalmente a todas as famílias homoafetivas existentes e para as que estão para se formar. Acredito fielmente que constituímos, atualmente, a geração que está gerando a mobilização necessária para transformarmos a sociedade vigente. Ainda há muito trabalho a se fazer, mas só o fato de poder registrar essa pesquisa para toda a comunidade acadêmica já é algo extremamente simbólico e desafiador — no bom sentido.

Que fique aqui a maior mensagem dessa densa escrita, trazida por um dos entrevistados: “*Se jogue na sua parentalidade sem medo*”. A vida é perseverar em nossa existência, e ela deve se haver sem limitações diante do discurso do outro. O amor foi, é e sempre será a maior verdade que nos guia. Lutemos por isso, para que chegue o dia em que as batalhas cessem, e que não haja mais instinto de sobrevivência por apenas ser quem somos.

“Não há orgulho para alguns de nós sem a libertação para todos nós”

— Marsha P. Johnson

SOARES, Camila Ferreira. **A relação entre famílias homoparentais, a sociedade e a instituição escolar:** discriminação, inclusão e aspectos socioemocionais. São Paulo, 2025. Trabalho de Conclusão de Curso - Curso de Psicologia. Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2025.

Resumo

A presente pesquisa teve por objetivo investigar o relacionamento de famílias homoparentais com a sociedade e com as instituições de ensino frequentadas por suas filhas e filhos em um contexto social complexo e permeado de preconceitos, bem como de entender de que modo as práticas, condutas e intervenções pedagógicas geram impactos sobre as famílias homoparentais, especialmente aquelas relativas à inserção destes alunos e suas famílias no ambiente escolar. Também foi objeto de interesse dessa pesquisa se aprofundar nos aspectos socioemocionais, isto é, identificar as emoções, os sentimentos e as situações vividas por essas famílias na relação que estabelecem com os ambientes nos quais transitam cotidianamente. A proposta envolveu ouvir cuidadores/familiares responsáveis por crianças em idade escolar buscando-se identificar e discutir as consequências de uma sociedade preconceituosa em relação a indivíduos que configuram diferentes orientações, identidades e expressões de gênero e sexualidade, dando voz, escuta ativa e promovendo acolhimento para com as suas singulares trajetórias. A metodologia da pesquisa é qualitativa e foram realizadas entrevistas semidirigidas com os responsáveis/cuidadores de famílias homoafetivas para compreender o seu cotidiano. Como conclusão, constata-se que o afeto é a ação a ser destacada no exercício da parentalidade homoafetiva (como em quaisquer outras), e ele não resulta dos laços consanguíneos, mas dos gestos, da construção de um cotidiano, de uma escolha diária. O amor não é e não deve ser definido por gênero ou sexualidade. O desejo de se tornar mãe, pai ou cuidador(a) se traduz em práticas cotidianas de cuidado, resistência e em uma criação de sentido, mesmo quando o reconhecimento moral não o faz. Ainda que a escola ocupe uma posição ambivalente enquanto instituição de poder, ora como reprodutora das normas que excluem, ora como terreno fértil e cirúrgico para acolhimento e transformação, sua parceria com as famílias participantes desta pesquisa foi enfatizada como fundamental e próspera, demonstrando que educadores (no sentido amplo, envolvendo todos os trabalhadores da escola) são interlocutores indispensáveis na missão de construção de uma sociedade mais habitável por e para todos, onde cada sujeito — independentemente de seu gênero, raça e/ou sexualidade — possa ser acolhido, escutado e convidado a exercer um papel ativo nos espaços que ocupa, de forma moral, simbólica e legalmente legitimada.

palavras-chave: Homoparentalidade; Família; Escola; Diversidade; Inclusão.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
1.1 FAMÍLIA E PARENTALIDADE EM DESCONSTRUÇÃO: a potência das famílias não-normativas.....	12
1.2 ENTRE ROTINAS, DESEJOS E AFETOS: a vivência da parentalidade homoafetiva	16
1.3 HOMOFOBIA E RESISTÊNCIA: famílias homoafetivas e a exclusão simbólica.....	19
1.4 A ESCOLA E A DIVERSIDADE: a urgência de uma pedagogia do cuidado.....	22
2 METODOLOGIA.....	26
2.1 Participantes.....	28
2.2 Local.....	28
3 BREVE APRESENTAÇÃO DAS FAMÍLIAS.....	28
4 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	30
<i>Família.....</i>	<i>30</i>
<i>Educação.....</i>	<i>34</i>
<i>Perspectiva social.....</i>	<i>37</i>
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
6 REFERÊNCIAS.....	47
7 APÊNDICE.....	49

1 INTRODUÇÃO

A relação entre família e escola na contemporaneidade é, marcadamente, um campo de tensões e possibilidades, especialmente diante da pluralidade familiar que caracteriza a sociedade atual. A intenção do presente estudo é de compreender, de modo firme e sensível, como se desdobram as consequências de uma articulação — ou ausência desta — realizada entre a escola e sua respectiva equipe pedagógica e as famílias homoparentais e seus filhos, através da inserção de políticas e metodologias psicopedagógicas. É um fato inegável: essas famílias existem e estão firmando cada vez mais a sua presença em ambientes públicos, tal qual deve ser; e apesar de haver medos e inseguranças quanto ao que a sua válida consolidação enquanto unidade familiar pode acarretar, questiona-se como a instituição escolar enquanto espaço que ocupa significativa parte temporal das infâncias e adolescências de crianças e jovens pode intervir na e articular-se com a (des)construção da complexa sociedade contemporânea.

O impacto socioemocional dessa parceria demonstra potencial se ambas as partes mostrarem interesse para com a causa, sobretudo o âmbito escolar. É extremamente complicado que pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ precisem se autoafirmar ou desmistificar preconceitos perante indivíduos que pouco se atentam ao real valor das relações, somente para serem “aceitas” por serem quem são nos contextos e situações impostas pela heteronormatividade. Para além disso, o desejo de formar uma família por parte de casais homoafetivos, algo que é legítimo, é uma problemática tão grande a ponto de ser maior que algumas famílias “padronizadas” que cometem atrocidades, violências e abusos contra os seus próprios membros, por vezes silenciadas e normatizadas? Acredita-se que não.

Desse modo, a presença de famílias homoparentais no cenário contemporâneo demanda uma reavaliação das práticas escolares e sociais para assegurar que todas as famílias, independentemente de sua configuração, recebam o apoio necessário para o desenvolvimento pleno e saudável de suas crianças e adolescentes. No estudo de Araldi e Serralta (2019) são abordados os desafios e as particularidades enfrentados pelos casais homossexuais, evidenciando as dinâmicas específicas que emergem no exercício da parentalidade.

Nesse sentido, o artigo de Cadete, Ferreira e Silva (2012) a respeito dos sentidos e significados atribuídos pela escola às famílias homoparentais é simbólico: ao investigar as

percepções e atitudes das escolas em relação a essas famílias, os autores apontam as dificuldades enfrentadas destas na busca por reconhecimento e igualdade; ainda pensando no contexto atual, em 2025, deve-se refletir a respeito desse conceito: equidade, ao contrário da igualdade, significa reconhecer as diferenças dentro das problemáticas envolvidas, aprender com elas e não equipará-las ao mesmo parâmetro. Ou seja, para além de um tratamento respeitoso e justo, que a igualdade deve promover, é preciso entender e acolher as diferenças que estão envolvidas e de que modo pode-se trabalhar levando em consideração o que os indivíduos de fato precisam para terem suas diferenças compreendidas. A existência de famílias homoparentais, portanto, desafia os intrínsecos preconceitos e expõe as hipocrisias de uma sociedade que ainda lida de forma relutante e pouco flexível com a diversidade em geral.

A homofobia expressa pela sociedade brasileira, conforme discutido por Morando, Souza e Santos (2020), manifesta-se de maneiras sutis e explícitas, como as agressões e a violência no contexto escolar. A pergunta "quem é o pai e quem é a mãe?", direcionada a casais homoparentais, ilustra a resistência e objeção em aceitar formas de parentalidade que fogem ao modelo heteronormativo. Tais atitudes não apenas refletem o preconceito, mas também denotam a discriminação dessas famílias, impactando negativamente o desenvolvimento social e emocional de seus filhos em contextos extrafamiliares.

É evidente que a relação entre a família e a escola desempenha um papel primordial na educação e desenvolvimento das crianças e adolescentes. A partir dessa conjuntura é que se pode efetivar uma grande aliança para enriquecer e consolidar a formação de cidadãos e das próximas gerações. Entretanto, esse vínculo tem se apresentado de modo complexo diante da diversidade de estruturas familiares que caracteriza a contemporaneidade. Arrial Palma e Neves Strey (2015) destacam isso ao ressaltarem a importância de promover um ambiente escolar mais inclusivo e respeitador das singularidades de cada aluno, além de ser fundamental compreender as diferentes configurações familiares e a sua respectiva integração ao contexto escolar. Dessa maneira, será cada vez mais possível que a sociedade seja (des)construída com a finalidade de se tornar mais equitativa e justa.

Destaca-se, ainda, que a homoparentalidade tem sido um dos grandes objetos de discussão na contemporaneidade, seja por ainda ser alvo de preconceitos oriundos de uma sociedade (falso) moralista e hipócrita, seja também pelos próprios indivíduos envolvidos na configuração familiar. A atração pelos temas envolvendo a comunidade LGBTQIAPN+ se tornou ainda maior por ser um campo pouco explorado nos campos científico e subjetivo,

ainda que seja recorrentemente citada, negligenciada, violentada e discutida, simultaneamente, pela comunidade brasileira. Especificamente envolvendo o conceito de família homoafetiva e o respectivo desenvolvimento afetivo-social dos indivíduos que compõem este núcleo familiar, acabaram por se tornar para a autora um campo em potencial para aprofundar as questões que tangem o impacto socioemocional dessas pessoas.

Diante do contexto exposto, afirma-se que essa pesquisa se propõe a investigar e compreender de que modo a diversidade familiar, especialmente no que tange à parentalidade em casais homossexuais, é vivenciada por estes, e como é percebida e acolhida pelas instituições escolares. Pretende-se analisar as práticas e intervenções pedagógicas, mapeando a identificação dos avanços e desafios na promoção de um ambiente escolar inclusivo e sensível às diferentes formas de configurações familiares. Ao expor essas interações, pressupõe-se que seja feita uma contribuição para a (des)construção de um espaço educativo que reconheça e valorize a pluralidade das experiências familiares, promovendo a equidade, o respeito e a afetividade no ambiente escolar.

1.1 FAMÍLIA E PARENTALIDADE EM DESCONSTRUÇÃO: a potência das famílias não-normativas

“Família é quando a gente se apoia, quando a gente troca, né? Quando a gente se abre. Então, quando a gente começou esse relacionamento, a gente começou a se abrir; mostrar os medos, inseguranças e o apoio ali uma da outra, a gente viu que a gente já era uma família, antes mesmo de pensar em expandir; né? A família, de ter os gêmeos. De ter filhos.”

— Amanda, mãe da Família 1.

Se lhe fosse pedido, nesse momento: *“Feche os olhos e relaxe. Agora, peço que imagine uma família”*, como seria a imagem visualizada? Talvez o imaginário padronizado: mãe, pai, filhos, e talvez um animal de estimação, componham a imagem. Mas será que essa ideia de família atende a todas as configurações familiares? E as que não atendem, não são legítimas? De acordo com bell hooks (2021), *“trata-se, é claro, de uma imagem fantasiosa de família”* (Hooks, 2021, p. 137). Esse capítulo busca tensionar a ideia de família e a suposta estrutura natural, propor uma compreensão de construção social, política e psíquica — e, dessa forma, abrir espaço para dar voz às (não tão) novas parentalidades e o que elas têm a dizer sobre a contemporaneidade.

Em *Manifesto Antimaternalista* (2023), a psicanalista Vera Iaconelli ilustra o conceito de parentalidade:

A parentalidade, por sua vez (...) revela que nem todo organismo acenderá à ordem simbólica humana e que nem sempre o/a genitor/a será responsável por cuidar dele. A parentalidade é o campo de estudo das condições materiais e discursivas para que uma nova geração se constitua subjetivamente, que inclui as funções constituintes da subjetividade; a assunção dos lugares de pai e mãe e a época em que estão inseridas essas condições e esses sujeitos. (Iaconelli, 2023, p.109)

Pensar a parentalidade fora da lógica biológica e cisheterossexual compulsória é uma provocação ainda muito incômoda para muitas estruturas sociais. A família, uma instituição por muito tempo entendida como uma unidade natural, fundada a partir da união entre um homem e uma mulher cisgêneros com filhos biológicos, é, na verdade, uma construção simbólica que serve a determinados interesses históricos, políticos e culturais. Sigmund Freud (1913/2012), ao discutir a origem das normas e dos interditos sociais em *Totem e Tabu*,

demonstra como a visão de constituição do parentesco está diretamente vinculada à repressão do desejo e à organização do laço social através da proibição. Dessa forma, pode-se dizer que o que se compreende enquanto “família legítima” emerge de um complexo sistema de interdições morais, políticas e afetivas. Contudo, em *Problemas de Gênero*, Judith Butler (2018) propõe que a identidade de gênero — e, por conseguinte, a parentalidade — não é uma essência fixa, mas uma ação reiterada dentro das normas culturais.

Para além da questão de gênero e sexualidade, é extremamente comum os arranjos familiares serem compostos por avós que assumem a criação de seu(s) neto(s), ou de mães e/ou pais que criam sozinhos seu(s) filho(s) — seja por opção ou não, assim como outros parentes também. O Brasil, país mundialmente conhecido pela sua população plural, seja de raças, etnias ou religiões, também se apresenta como espaço próspero de diferentes possibilidades de existência e modos de ser. Diferentes configurações familiares sempre existiram, embora nem sempre respeitadas. É nesse campo de disputas que a parentalidade homoafetiva surge como potência subversiva ao desafiar a ideia de que somente a construção social cisheteronormativa é legítima em razão à diferença sexual e os laços biológicos.

Iaconelli (2023) também defende acerca da importância de reconhecermos que a parentalidade está menos na biologia do que na relação, e que cada tentativa de a reduzir a um ideal moral somente revela uma fantasia normatizadora; além disso, ela também nos reafirma que o lugar que conhecemos por paterno e materno, embora em maioria constituído por genitores do gênero masculino e feminino, respectivamente, não é assumido necessariamente por essas pessoas.

(...) é importante ressaltar que nem sempre as funções necessárias à constituição subjetiva são oferecidas por pais, mães ou outros parentes. Assim, a parentalidade abarca questões de assumir-se pai ou mãe, mas vai além, englobando as funções constituintes e os discursos nos quais foram produzidas. (Iaconelli, 2023, p. 109)

Freud (1913/2012) já apontava que a constituição dos laços sociais exige a repressão de certos desejos, estruturando a cultura a partir de interdições simbólicas. Com o passar do tempo, essas interdições moldaram-se e o que se entende hoje como “família legítima” é uma série de construções históricas, que privilegiaram o que constitui a “norma padrão”: o modelo burguês (classe média), cristão (religião enquanto norte), patriarcal (homem como figura central, mulher como figura de apoio e serventia) e heterossexual (apenas sexos opostos devem se relacionar). Através desse “ideal” é que partem as críticas aos formadores de famílias homoparentais, acusando estas da grande problemática de não ter uma mãe da

criança, em casos de casais compostos por dois homens, ou de não ter um pai, em casos de casais compostos por duas mulheres. Portanto, a noção de “família natural” — composta por pai, mãe e filhos biológicos — é muito mais um projeto cultural que foi construído historicamente do que um dado de realidade absoluto e inquestionável.

De acordo com Silva (2024):

habitamos um universo dinâmico e mutável (...) e como seres humanos, estamos sujeitos a transformações. Seria, portanto, absurdo exigir (...) que a família não sofresse constantemente oscilações e mudanças. (Silva, 2024, p.281)

A emergência das famílias homoparentais evidencia, justamente, essa capacidade humana de recriar laços, de construir formas plurais de pertencimento e cuidado. A existência dessas famílias tensiona a falsa pretensão de universalidade da família nuclear e revela que a diversidade relacional é apenas mais uma das expressões legítimas da experiência humana, não tendo caráter de exceção ou irregularidade. Desse modo, a parentalidade não pode mais ser compreendida como um papel fixo necessariamente associado ao gênero, devendo ser pensada como uma função simbólica construída na relação com o outro, no desejo de sustentar um lugar de cuidado, escuta e afeto. Em *Construção da Parentalidade (2024)*, Maria Cecília Pereira da Silva aponta como os laços parentais vão construindo todo o processo psíquico e de subjetivação da criança, independente da parentalidade biológica; essa concepção é disruptiva ao destacar que o vínculo parental é constituído, sumariamente, pela qualidade da presença e da relação que essa família irá criar.

Iaconelli (2023) reforça essa crítica ao reiterar que a parentalidade diz respeito ao cuidado e as condições que essa família terá ao dialogar com o próximo sobre as diferenças que compõem a sociedade e seus respectivos núcleos familiares, destacando que se trata de uma função marcada por atravessamentos inconscientes, sociais e históricos, e não uma técnica neutra. Essa desconstrução da parentalidade essencializada permite, portanto, que haja o reconhecimento dos múltiplos arranjos familiares como legítimos e potentes. Butler (2018) sugere que a forma como se performa o cuidado não se enquadra em papéis estáticos, mas sim em uma reiteração da presença; afinal, o que torna o sujeito pai ou mãe é o compromisso, o cuidado e a responsabilidade para com o outro, e não a ocupação de um lugar que a norma dita. Ao abrir espaço para o questionamento de modelos e estereótipos fixos de exercer a parentalidade, surge a oportunidade de o desejo poder ocupar uma posição ética e verdadeiramente afetiva com o outro.

Os padrões normativos, que historicamente definiram quem pode ou não ser reconhecido enquanto família, sofrem uma ruptura e se deslocam com a existência das famílias homoparentais no cenário contemporâneo. São novas possibilidades de organização do cuidado e da filiação que esses arranjos afetivos propõem, e geram desafios para o entrelaçamento compulsório entre diferença sexual, biologia e legitimidade parental. Judith Butler (2018) observa que viver fora das normas de gênero e sexualidade estabelecidas não apenas subverte as expectativas sociais, como expõe a arbitrariedade dessas normas:

Ser reconhecível como sujeito requer a aderência a determinadas normas de gênero e sexualidade, sem as quais se corre o risco de tornar-se inelegível, invisível ou impensável dentro da ordem social. (Butler, 2018, p. 199)

A homoparentalidade torna visível o que sempre esteve latente: que o amor, o cuidado e a construção de vínculos não são prerrogativas da diferença sexual ou da reprodução biológica, mas sim da capacidade humana de estabelecer laços simbólicos. Silva (2024) sugere que a qualidade da interação entre cuidador (a) e criança é muito mais fundamental para o desenvolvimento humano do que o gênero ou orientação sexual de quem exerce o cuidado. Ao existirem, se afirmarem e resistirem à compulsão da heteronormatividade, as famílias homoparentais se tornam símbolo de criticidade ao modelo tradicionalmente reconhecido como família.

Independente, portanto, de arranjos familiares serem constituídos por pessoas do mesmo gênero, faz-se necessária a importância de reconhecer que não existe um modelo ideal de exercício do que se convencionou a chamar de parentalidade (Iaconelli, 2023). Amar e cuidar de uma criança fora dos moldes heteronormativos é um ato de desobediência simbólica e um grande exercício de afeto. À luz da perspectiva de Butler (2023), o sujeito que foge à norma corre o risco de não ser legitimado pela ordem social e, justamente por isso, viver, sentir e expressar o amor fora dos parâmetros impostos é um gesto ético de reinvenção, e essas famílias o fazem ao demonstrar, cotidianamente, que não só é possível sustentar e cultivar vínculos afetivos consistentes, como o fazem de modo sensível e cuidadoso, e sem recorrer aos moldes tradicionais — demonstrando, dessa forma, que a qualidade simbólica do laço afetivo é o fator determinante da parentalidade. Romper com o silenciamento de uma existência evidenciando que o amor gera espaço para tal, é anunciar a sua legitimidade perante a pequenez da norma.

1.2 ENTRE ROTINAS, DESEJOS E AFETOS: a vivência da parentalidade homoafetiva

“Nunca houve um marco oficial, mas para mim, do ponto de vista simbólico, a virada de chave foi quando começamos a estabelecer alguns ritos de família, tipo, jantar junto (...) o cotidiano, procurar um apartamento maior para morarmos juntos... foi o dia a dia”

— Guilherme, pai da Família 2.

O desejo de ter filhos é uma profunda partilha de um projeto de vida. Em um contexto marcado pela heteronormatividade, muitas vezes o desejo de constituir família fora da lógica tradicional imposta é silenciado e/ou deslegitimado. Em contrapartida, o que se observa nas vivências de famílias homoafetivas é a construção consciente de um projeto de parentalidade que nasce do desejo — não como puro capricho, mas como expressão legítima de um vínculo afetivo que quer se expandir. Para além do biológico, o desejo de ter um(a) filho (a) se apresenta como um gesto de reconhecimento do outro e da vontade de criar e sustentar um lugar de cuidado. Especialmente quando atravessado por vínculos biológicos não compartilhados (quando apenas um(a) ou nenhum (a) dos (as) cuidadores possui vínculo biológico) ou por via da adoção, a parentalidade de famílias homoafetivas evidencia que a estrutura do laço para com a criança está diretamente relacionada com a intenção de ter, criar e cuidar dessa criança, e se distancia de uma justificativa de natureza biológica. É sustentar uma escolha que é atravessada, muitas vezes, pela homofobia internalizada de parte da sociedade e por processos burocráticos, como a fertilização *in vitro* e a adoção. Criar uma família nessas circunstâncias, além de legitimar os próprios afetos, é aceitar o desafio de romper com a cisheteronormatividade.

Esse desejo foi inviabilizado por muito tempo, e apenas conquistou legitimidade jurídica no Brasil há poucos anos. Em 5 de maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu, por unanimidade, a união estável entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar, equiparando-as às uniões heteroafetivas e garantindo-lhes os mesmos direitos destes, inclusive o de adoção (STF, 2011). Esse marco histórico foi fundamental para que casais homoafetivos pudessem formalizar suas uniões e pleitear o legítimo direito à parentalidade. Posteriormente, em 14 de maio de 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou a Resolução nº175, que regulamentou a proibição de todos os cartórios nacionais de se recusarem a oficializar casamentos civis entre pessoas do mesmo sexo e a conversão da união

estável homoafetiva em casamento (CNJ, 2013). Desde então, o número dessas uniões vem crescendo, o que revelam a força da resistência e da importância da legalização dos casamentos homoafetivos como conquista civil, que não só legitimaram nacionalmente os vínculos afetivos entre pessoas homossexuais, como também abriram caminhos para que a vontade de constituir uma família pudesse se concretizar plenamente. Cada registro de união é dado um passo firme em direção a uma sociedade mais plural e igualitária.

E então, a parentalidade homoafetiva foi validada social e legalmente. No que ela se difere das demais configurações familiares?

Vamos aos fatos: a parentalidade, de modo geral, se constrói sobretudo na constância sensível dos pequenos gestos do cotidiano, através da partilha e da organização do cuidado. Seja nos rituais de início ou fim do dia, na escolha da escola, nas idas ao médico, nas brincadeiras, nas conversas com perguntas questionadoras, na escuta dos afetos infantis e infinitos outros costumes que fortalecem o vínculo e tornam esse cuidador como referência de afeto e confiança. Nas famílias homoafetivas, toda essa dimensão da parentalidade ganha maior enfoque visto que os papéis tradicionais de pai e mãe — marcados por uma lógica binária e hierárquica — são reinventados na prática da convivência. Diante disso, Maria Cecília Pereira da Silva (2024) nos reafirma que os laços parentais se caracterizam muito mais pela maneira de como os cuidados são exercidos com os (as) filhos (as). Não se trata, portanto, de apenas assumir uma posição diante da criança, mas de ser reconhecido por ela enquanto referência e figura de cuidado, reconhecimento este que é expressado através da vivência cotidiana: no olhar de procura, no chamar “mãe” ou “pai” naturalmente, gestos simples que possuem um poder constitutivo que legitima aquilo que fora negado por décadas pelo setor jurídico e social. Silva (2024) reforça que a parentalidade é algo que se desenvolve no interior do sujeito a partir do momento que há o desejo de se criar um filho, e principalmente na relação que será estabelecida com ele. Desse modo, ela afirma que “o bebê ‘faz’ seus pais, assim como os pais fazem o bebê existir” (Silva, 2024, p. 281), destacando a reciprocidade desse vínculo. Para além disso, podemos pensar ainda em como a divisão do cuidado e das tarefas para com a criança tem uma tendência menor à reprodução de estereótipos, e se orienta pela disponibilidade afetiva e comportamental, além de ter maior probabilidade de reconhecer cada sujeito parental a partir de suas singularidades.

Para muitos desses sujeitos parentais, a experiência cotidiana do cuidado também é atravessada por um duplo movimento: o de se reconhecer enquanto pai ou mãe para o outro, e

o de se reconhecer como tal para si mesmo. Essa movimentação reafirma a sustentação do vínculo e instaura a identidade parental, que muitas vezes pode ter sido questionada ou desprezada pela sociedade, considerando que essa parentalidade não lhes foi concedida de imediato, conforme relatado anteriormente. Então, esse dia a dia dessas famílias é um espaço de cuidado e, ao mesmo tempo, de resistência, uma vez que reitera as múltiplas formas de amar, educar e formar laços; o cotidiano, portanto, reorganiza o cuidado e inscreve o afeto como critério central da função parental. Contudo, essa dinâmica não está imune às reações externas, e o reconhecimento e tratamento social que recebem interferem significativamente na conduta familiar dos sujeitos parentais.

Essas relações das famílias homoafetivas com o entorno revelam uma dialética entre visibilidade e microviolências cotidianas: o exercício da parentalidade para estes, ainda que amparado legalmente no âmbito contemporâneo, não está isento de receber julgamentos, exposições constrangedoras e enquadramentos simbólicos que operam a cisheteronormatividade, através dos vizinhos, familiares, profissionais de saúde, atendentes de serviço e, especialmente, no ambiente escolar. A dialética se destaca diante da possibilidade dessas relações com o externo se demonstrarem enquanto barreira, ou como suporte, a depender do grau de abertura, escuta e reconhecimento ofertado por quem interage diretamente com essas famílias. Por um lado, há acolhimentos e parcerias genuínas, porém por outro, há manifestações de invisibilização e silenciamento para com essas famílias, denotando uma violência simbólica, que em geral é cometida por gestos e discursos pautados de neutralidade ou “protocolares”; uma família composta por duas mães ou dois pais, por exemplo, pode enfrentar situações em que apenas um(a) deles (as) seja considerado o “responsável legal” da criança, ou em que sua presença é questionada em contextos públicos. A ausência desse reconhecimento não gera apenas obstáculos burocráticos, mas impactos subjetivos profundos, tanto nos sujeitos parentais como em seus respectivos filhos. Como nos lembra Silva (2024, p. 276): “a gama de possibilidades (...) necessita ser (re)conhecida como entidade familiar pelas diversas instâncias sociais, jurídica, escolar e saúde”. A partir disso, questiona-se como algumas configurações familiares são colocadas em evidência e subjetivação porque a forma como o Estado funciona segue o padrão heteronormativo: ninguém questiona ou levanta hipóteses sobre uma família com um pai e uma mãe, uma união heteroafetiva; mas é abertamente discutido pela população sobre como uma criança irá sofrer com a “ausência” de uma figura materna se ela tiver dois pais homens, e vice-versa para casais femininos e a suposta “ausência” de uma figura paterna. Ainda assim, há uma exceção

de dúvidas quanto a casais heteroafetivos que é referente a uma união interracial, onde um dos sujeitos parentais é preto e a criança nasce branca, o que não é incomum no cenário de um Brasil altamente miscigenado¹.

Essas famílias passam, então, a desenvolver estratégias afetivas de resistência: insistir na presença, nomear os seus vínculos, exigir escuta e posicionamentos são algumas delas. Gestos como esses expõem as fissuras nas estruturas normativas da sociedade, e enfatizam a necessidade de uma grande transformação social. Um dos espaços que pode articular uma ponte de diálogo e construção tanto com a comunidade ao redor quanto a sociedade em geral é o ambiente escolar, visto que esse espaço é potencialmente ambíguo: tanto para exclusão como para transformação. Os educadores são os maiores aliados da comunidade escolar — e do mundo, melhor dizendo — e a aliança e compromisso ético que se faz com a educação de um sujeito deve abarcar também quão fundamental é a sua respectiva formação social. Essa questão será abordada mais adiante ao adentrarmos na questão da importância da instituição escolar.

1.3 HOMOFOBIA E RESISTÊNCIA: famílias homoafetivas e a exclusão simbólica

As famílias homoafetivas desafiam um sistema inteiro de inteligibilidade moral e social que impõem o que é uma família legítima e o que é uma ameaça à ordem dominante. Judith Butler (2018) nos lembra que a coerência do sujeito não é um dado lógico, mas uma construção mantida por normas: “a ‘coerência’ e a ‘continuidade’ da ‘pessoa’ (...) são normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas” (Butler, 2018, p. 52). Desse modo, quando pais ou mães aquém da heteronormatividade exercem funções parentais, muitas vezes enfrentam não somente a homofobia direta, como também um apagamento institucional: seus nomes não aparecem nos formulários escolares, seus vínculos não são reconhecidos por profissionais da área da saúde, seus filhos são questionados nas relações sociais e geram constrangimento, dentre outros exemplos fatídicos. Fica evidente através dessas práticas que nem sempre a violência contra as famílias homoparentais é expressa em palavras ofensivas ou gestos explícitos. O que está em jogo aqui — além do afeto que sustenta e transborda essas famílias — é o direito ao reconhecimento político e simbólico.

¹ Embora não seja algo aprofundado nessa pesquisa, aqui está sendo levantado um minúsculo recorte da questão racial, a fim de elencar outro exemplo de quão escancaradas são as violências simbólicas cometidas contra quem não se encaixa no modelo “ideal”, principalmente envolvendo a branquitude.

Totens, o que podemos dizer que são “símbolos” respeitados, e os tabus, que são as proibições de origem incerta, ambos cercam e cerceiam as liberdades coletivas e individuais da sociedade, de acordo com Freud (1913/2012). Pensando na organização da sociedade em torno dos totens e tabus e a regulação das normas através destes, podemos pensar nas leis — aqui vamos pensar para além do sistema legislativo, e sim nas leis morais que ditam os padrões sociais.

Certos tipos de identidade “não podem existir” dentro da matriz cultural dominante, já que elas não são pensadas como possíveis (Butler, 2018) e isso explica a razão de inúmeros casais homoafetivos relatarem a necessidade de provarem constantemente a sua legitimidade parental, já que a primária possibilidade disso se tornar realidade é colocada em questionamento pela sociedade e os espaços que a constituem. Esse preconceito — aqui devemos nomeá-lo como homofobia — opera não apenas em discursos, como na própria estrutura de reconhecimento que legitima o que é visto como real, denotando a exclusão simbólica dos sujeitos parentais homossexuais.

Então não se trata de simplesmente, existir, mas de afirmar e reafirmar essa existência nos espaços que historicamente lhes foram negados. Ao tomar a decisão de assumir publicamente a sua homossexualidade— algo que nem deveria ser “assumido” — em muitos casos já é gerado um sofrimento nesse sujeito; ao prosseguir e declarar a sua homoparentalidade, nomear o(a) seu(sua) parceiro(a) como também mãe ou pai do(a) filho(a), há um outro sofrimento, não apenas ao sujeito em questão, mas em razão do possível sofrimento que a sua criança poderá passar. É mais do que um ato corajoso, é um ato político reivindicar o seu direito de expressão de vida, seja no trabalho, nas redes sociais, na escola, ou em qualquer outro espaço: “a repetição estilizada de atos (...) é também o local de sua possibilidade de subversão” (Butler, 2018, p. 192). Esses sujeitos corrompem as fronteiras e obstáculos sendo resistência àquilo que delimita falsamente o que é familiar, normal e aceitável: o afeto que une esses sujeitos que não ocupam uma posição hegemônica de pai ou mãe dentro da lógica heterossexual torna-se um ato radical — ao amar, essas famílias desobedecem; ao cuidar, essas famílias abalam. E Judith Butler (2018) enfatiza que o que torna certas expressões de vida impensáveis para parte da população é a recusa social de legitimar esse afeto e cuidado; ao sustentar o compromisso com o outro no cotidiano, a parentalidade homoafetiva demarca a sua existência e denuncia as limitações morais da sociedade contemporânea.

Em um mundo globalizado e permeado por tantas formas de acesso ao conhecimento, comunicação e diálogo com o outro, não há mais como negar que a propagação de qualquer preconceito de gênero, sexualidade e raça é uma negação do próprio reflexo de rigidez e indisponibilidade para com o outro. À luz da Psicanálise — escolhida propositalmente enquanto lente de aumento do presente tema — revela-se um funcionamento mais profundo acerca do preconceito estrutural que recai sobre as famílias homoafetivas. Naturalizado e socialmente expressado sob defesa de valores morais, essas proibições sociais, que cercam e restringem as liberdades individuais e coletivas da sociedade, ou de determinado grupo dela, podem ser nomeadas como tabus. Ademais, essas mesmas proibições carregam uma força obsessiva por estarem vinculadas a desejos inconscientes não amortecidos (Freud, 1913/2012).

A proibição deve sua força (...) justamente à relação com sua contrapartida inconsciente, o desejo oculto não amortecido. (Freud, 1913/2012, p. 59)

A existência de famílias que fogem à norma cisheteronormativa e a sua respectiva ocupação nos espaços públicos, sociais e de poder desestabiliza esses interditos internalizados e evidencia o desejo de liberdade recalado no tecido social. Reprimido o desejo, esse recalcado se revela através da visão de ameaça à ordem simbólica que sustenta o que é considerado enquanto legítimo. A mera presença da homoafetividade aos que obedecem e são submissos à norma imposta de que outras formas de vida são possíveis — é vista, por muitos deles, como uma ameaça. O preconceito, dessa forma, deixa de ser apenas uma reação à diferença, e passa a ser uma expressão de um desejo não autorizado. Freud (1913/2012) nos alerta sobre:

Eles têm, em relação a tais proibições, uma atitude ambivalente; nada gostariam mais de fazer, em seu inconsciente, do que infringi-las, mas também têm receio disso; receiam justamente porque querem. (Freud, 1913/2012, p. 61)

Esse mesmo desejo não autorizado, que gera uma série de reações e atos que configuram desde um distanciamento de qualquer coisa que simbolize à homossexualidade a até gestos violentos em suas variadas formas, muitas vezes faz com que essas pessoas sejam punidas com a exclusão, o silenciamento e até mesmo o extermínio simbólico. Ainda que constem os avanços em termos legais e jurídicos, há o fato que a norma impera muito além da lei (Iaconelli, 2023, p. 170) e isso reflete na quantidade exacerbada de violências que são cometidas contra as pessoas LGBTQIAPN+. Entrega-se a importância e a potência, portanto,

dessas pessoas continuarem a resistir, ocupar e viver todos os espaços a fim de reinventarem a norma imposta e os tão ditos “valores morais”: se isso é nomeado e recebido como uma provocação, por uns, por outros é entendido como apenas o direito de viver a sua vida. É um denso trabalho de aspectos relacionais que cada sujeito deve se haver com os seus processos e questões internas— suportar a desestabilização é, acima de tudo, um desafio ético de viver a experiência coletiva da sociedade, e o não suportar é seguir um destino reativo; é preciso estar aberto às experiências que geram esse estranhamento, que por sua vez, gera deslocamento, que gera conhecimento.

1.4 A ESCOLA E A DIVERSIDADE: a urgência de uma pedagogia do cuidado

“Uma das (muitas) preocupações sendo uma família homoafetiva, é a experiência do meu filho na comunidade escolar. Sempre tive medo de que o meu filho sofresse bullying e fosse excluído pelos colegas pelo fato de ter dois pais”

— Fábio, pai da Família 2.

A escola, enquanto importante espaço de socialização e produção de saberes, é também um lugar de reprodução e regulação das normas — de gênero, de sexualidade e de raça. Ela não é só o prédio, ela é feita da e para a comunidade escolar. Para além de seu currículo formal de alfabetização e afins, ela ensina, implicitamente, o que é considerado aceitável, legítimo ou o que atende à “normalidade” no imaginário social, seja através dos conteúdos como do social que nela permeia — educadores, estudantes e familiares que compõem a comunidade escolar. Nesse sentido, a escola funciona frequentemente — não sempre — como um dispositivo de inteligibilidade: reconhece o modelo hegemônico composto por pai, mãe e filhos como a instituição família, invisibilizando ou silenciando muitas vezes arranjos que fogem a essa normatização social. Judith Butler (2018, p.199) advertiu que para o sujeito ser reconhecido, requer a adesão a certas normas de gênero e sexualidade, sem as quais existe o risco de se tornar ilegível. Nesse contexto, famílias homoafetivas muitas vezes enfrentam dificuldades em ter seus vínculos nomeados, representados ou sequer considerados nas práticas cotidianas escolares. Guacira Lopes Louro (2008) destaca que a escola tende a construir a sua identidade baseada na neutralidade, mas isto nada mais é do que uma escolha política que sustenta o silêncio em torno das diferenças.

Resulta-se, então, em crianças com dois pais ou duas mães não encontrarem representação e/ou se identificam nos exemplos e situações cotidianas, como histórias em livros, atividades didáticas, festas ou falas escolares que mencionem de alguma forma algo que condiz com a sua realidade afetiva. Essa ausência não se dá apenas em âmbito curricular, mas principalmente no simbólico, produzindo assim efeitos subjetivos significativos. No ato de omissão da existência dessas famílias e/ou na má conduta de silenciamento, a escola falha em acolher, contribuindo para a manutenção de uma lógica que desautoriza a diferença — a cisheteronormativa. Reconhecer essa dimensão de normatividade do ambiente escolar é apenas o primeiro passo para torná-lo um espaço, de fato, formador, afetivo e plural.

Todavia, não podemos pensar ou sequer afirmar que todas as instituições escolares reproduzem esse tipo de conduta. Há diversos espaços ao redor do país que têm em suas políticas psicopedagógicas e em seus educadores uma postura ativa e comprometida em se ater às diferenças daqueles que compõem a comunidade e o ambiente escolar, além de constantemente se atualizarem acerca das discussões, conteúdos e mudanças que o mundo e a contemporaneidade estão mobilizando. Paulo Freire, em *Pedagogia da Autonomia* (1996), nos convida a refletir sobre como o ato de ensinar exige um risco, uma aceitação do novo e a rejeição a qualquer forma de discriminação:

É próprio do pensar certo a disponibilidade ao risco, a aceitação do novo que não pode ser negado ou acolhido só porque é novo (...) Faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia. (Freire, 1996, p.19)

Desse modo, evidencia-se que o representante educacional, ao se colocar disposto a escutar, primeiramente, exerce um ato político e pedagógico: o verdadeiro diálogo permite a livre discussão e construção conjunta dos envolvidos. Em ambientes escolares marcados por uma suposta neutralidade, a sensibilidade na escuta das experiências que atravessam os sujeitos — sejam eles estudantes, educadores ou cuidadores — torna-se uma prática de reconhecimento fundamental. Ao se propor a escutar de fato, a escola rompe com o lugar de autoridade vertical e se reposiciona como espaço de diálogo e construção, e desse modo, a diversidade — sexual, racial, psíquica, de gênero, classe, entre outras — pode ser nomeada, compreendida e, principalmente, respeitada. A escuta não deve se limitar a ouvir falas, mas sim se expandir a acolher histórias, afetos e modos de existência que são invisibilizados pela normatividade imposta. Vera Iaconelli (2023) faz a observação de como a humanidade passa necessariamente pela transmissão do inconsciente de quem exerce cuidado, implicando em

considerar que o ato de educar é para além de transmitir conteúdos: é o saber lidar com heranças simbólicas, afetos projetados e silêncios compartilhados. Ao não escutar, seja por se omitir ou se recusar, ela reforça a norma moralmente imposta; ao escutar, abre caminhos para subjetividades outrora interdidas.

De acordo com Freire (1996, p. 61), “(...) escutar significa a disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura à fala do outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro”. Desse modo, a escuta do educador precisa ser ativa, crítica e afetiva, e essa marcação de afeto, levando em consideração uma criança ou adolescente que fala de seus dois pais ou de suas duas mães, também denota um ato pedagógico, visto que fazem do encontro ali presente em um espaço inteiramente possível de transformação. Paralelo a isso, Freire (1996) nos enfatiza a importância de como o ato de ensinar exige disponibilidade para o diálogo:

É no respeito às diferenças entre mim e eles ou elas, na coerência entre o que faço e o que digo, que me encontro com eles ou com elas. É na minha *disponibilidade* à realidade que construo a minha segurança, indispensável à própria disponibilidade. É impossível viver a disponibilidade à realidade sem segurança, mas é impossível também criar a segurança fora do *risco* da *disponibilidade*. (Freire, 1996, p. 69)

Assim sendo, as instituições têm o poder de criação, invenção e diferença, para o que lhes for conveniente. E a única conveniência deve ser a plena formação sociopedagógica da criança e do adolescente para o mundo; as instituições não podem, então, se cristalizar, caso contrário, podem se perder no que um dia foi o seu propósito: manter o dispositivo escolar capaz de reinventar a potência do saber, do compartilhar, do aprender, e da existência. E são aqueles que frequentam a instituição, os agentes de mudança, a força coletiva que modificam a instituição e a ajudam a se reinventar.

Entre educadores e famílias, há os desafios do reconhecimento. Primeiro, é válido destacar que aqui nomeamos educadores todos aqueles que compõem o ambiente escolar, sejam eles professores, coordenadores, auxiliares, gestores, assistentes e demais colaboradores. Assim sendo, esses educadores ocupam uma posição delicada e potente no processo de acolhimento das famílias homoafetivas no cotidiano da escola, intermediando o contato entre a instituição e as múltiplas configurações familiares. Entretanto, esse encontro nem sempre acontece sem tensões: ainda que bem-intencionados, muitos desses educadores não receberam formação para lidar com a diversidade afetiva e familiar que atravessam as salas de aulas contemporâneas. Rogério Junqueira (2009) aponta que a escola ainda é

atravessada pela cultura heteronormativa que “não se sustenta apenas pela ignorância, mas também por resistências simbólicas profundas” — resistências essas explicadas anteriormente no item 1.3. Nesse cenário, o reconhecimento das famílias homoparentais não se dá apenas através de discursos de inclusão, mas por meio de gestos sólidos, como por exemplo, ao aceitar a matrícula de uma criança/adolescente que possui duas mães como responsáveis, não pressupor a existência ou questionar a ausência de um “pai”, ou diminuir a importância de uma das figuras maternas. Atentar-se a essas sutilezas cotidianas são atos de reconhecimento e, portanto, de transformação. De acordo com Fúlvia Rosemberg (2002), uma educação inclusiva passa por políticas públicas e por micropolíticas do cotidiano escolar. Paralelo a isso, os educadores precisam ser convocados não somente a uma escuta ética e formativa que não os culpabilize, mas que os engaje. Freire (1996) elucida:

Viver a abertura respeitosa aos outros e, de quando em vez, de acordo com o momento, tomar a própria prática de abertura ao outro como objeto da reflexão crítica deveria fazer parte da aventura docente. A razão ética da abertura, seu fundamento político, sua referência pedagógica; a boniteza que há nela como viabilidade do diálogo. (Freire, 1996, p. 69)

Diante disso, se faz necessário criar e construir espaços de formação e diálogo continuados que forneçam suporte a esses profissionais, a fim de que eles não saibam apenas lidar e ter uma conduta coerente com a diversidade, mas também se reconheçam e exerçam o papel de agentes de mudança. De nada adianta a imposição de regras: a escola se transforma através da construção compartilhada de sentidos, que começa na relação entre os educadores e as famílias.

Além disso, elenca-se que a construção de uma escola democrática e inclusiva não se faz através de discursos ou regras abstratas, mas na materialização das escolhas cotidianas: nos livros lidos em sala de aula, nas imagens que decoram os murais nas paredes, nas palavras e pronomes utilizados nos bilhetes enviados às famílias, nas brincadeiras propostas no pátio, dentre outras ações que enfatizem e demarquem a ludicidade e a naturalidade da diversidade. Traz-se aqui uma ferramenta pedagógica potente para apresentar às crianças, desde cedo, a existência da diversidade nas suas mais variadas formas: a literatura infantil. Conversar com crianças sobre a homossexualidade, por exemplo, pode ser um desafio para alguns cuidadores/familiares, especialmente se essas crianças são fruto de uma relação heterossexual onde os sujeitos parentais possuem dificuldade em abordar o tema pelas próprias projeções, inseguranças ou ausência de conhecimento. Pensando nisso, as escolas e demais instituições de ensino podem utilizar a leitura como uma cirúrgica ferramenta de diálogo e aprendizagem,

seja em seus próprios ambientes como sugestão de leitura para as famílias realizarem em casa com as crianças.

Livros como “O coelho sem orelhas”², “O livro da família”³ e “Família é de todo jeito, só precisa ter respeito”⁴ são exemplos que representam realidades ainda invisibilizadas, e permitem a criação de oportunidades para que todas as crianças vejam e se sintam incluídas. As autoras do último livro citado enfatizaram isso: “Para toda criança é essencial se sentir representada, seja através do livro, personagens, desenhos (...)” (Vioto; Fogaça, 2023, p. 3). É preciso destacar que para a utilização desses recursos de forma coerente e responsável, exige que os educadores estejam comprometidos com uma pedagogia de respeito. Como já afirmava Paulo Freire (1996), a escola é um espaço político, é um lugar que se decide constantemente de que lado o sujeito está; e escolher estar ao lado da diversidade familiar é assumir um compromisso ético de construir um ambiente plenamente habitável para todos, onde o diálogo é a ponte que estreita as relações. Não há espaço para uma postura meramente tolerante, e sim efetivamente aliada das pluralidades que ali vivem. Isso implica o reconhecimento de que nenhuma instituição recebe pessoas exatamente iguais, ainda que possa acontecer de grupos semelhantes a frequentarem, isso não determina uma exata homogeneidade, uma vez que cada sujeito— independente de pertencer a algum recorte social — carrega consigo diferentes histórias, afetos e experiências únicas.

E é exatamente nesse encontro em meio às diferenças que a escola tem a chance de cumprir a sua função formadora: promover uma educação múltipla e inclusiva é valorizar a potência coletiva enquanto gesto de cuidado e aprendizado para com o outro e o futuro que os espera. Fica evidente, dessa maneira, o papel decisivo da instituição escolar na contribuição de superar os problemas causados pelas desigualdades e discriminações sociais.

2 METODOLOGIA

A pesquisa proposta apresenta as seguintes características: em termos de procedimento técnico, trata-se de um estudo de campo; quanto aos objetivos, é exploratória e descritiva; e, no que se refere à abordagem de dados e análise das informações, adota uma metodologia qualitativa. O estudo de campo foca na observação direta dos eventos no ambiente em que ocorrem, com o propósito de abordar o próprio contexto no qual se desenrolam. A abordagem

² BAUMGART, K. SCHWEIGER, T. **O coelho sem orelhas**. São Paulo: Panda Books, 2012.

³ PARR, T. **O livro da Família**/ [Tradutora Kiki Pizante Millan]. São Paulo: Panda Books, 2003.

⁴ VIOTO, B.; FOGAÇA, C. **Família é de todo jeito: só precisa ter respeito**. Ilustrações de Gabi Emmerich. São Paulo: Much,, 2024.

exploratória-descritiva visa aproximar-se do objeto de estudo para observá-lo, registrá-lo e descrevê-lo de maneira detalhada.

Segundo Lins (2021), baseado em Godoy (1995) e Cyriaco et al. (2017), as principais características do método qualitativo incluem: coleta de dados em ambientes naturais; atuação direta do pesquisador; avaliação descritiva dos dados; valorização das experiências de vida dos participantes; observação dos comportamentos e das relações sociais; e abordagem indutiva. As fontes de dados qualitativos podem abranger: gravações com transcrição das falas de entrevistados e do pesquisador; aplicação de questionários; anotações de campo; gravações em vídeo; registros de estudos de caso; notas da imprensa; análise de documentos e fotografias (Godoy, 1995; Cyriaco et al., 2017).

A estratégia metodológica adotada foi a entrevista semidirigida. A proposta foi entrevistar pais/mães/principais responsáveis de famílias homoparentais que tivessem filhos em idade escolar. As entrevistas foram norteadas com perguntas disparadoras a respeito das esferas temáticas: família, educação e perspectiva social. O roteiro de perguntas norteadoras foi elaborado com base nas literaturas lidas.

Como critério de inclusão dos participantes foram definidos os seguintes: pais/mães/adultos LGBTQIAPN+ que fossem os principais responsáveis pelos cuidados e educação de crianças em idade escolar e adolescentes.

O acesso às e aos participantes da pesquisa se deu a partir da divulgação da pesquisa nas redes sociais da aluna-pesquisadora, que fez convites sucintos para chamar a atenção de sua pesquisa com um link que levou os interessados à página de um Formulário (*Google Forms*®) no qual constava maiores informações sobre a pesquisa e um campo no qual poderão fornecer uma forma de contato com a aluna-pesquisadora caso se interessem em participar da pesquisa.

Após a realização de cada entrevista, foi realizada a transcrição, leitura inicial e algumas releituras, visando identificar temas comuns que pudessem configurar categorias de análise a serem discutidas com base nas bibliografias que dão sustentação ao trabalho.

Ademais, essa pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP, sob nº 7.351.281 do parecer substanciado do CEP.

A escolha da análise temática se deu não apenas por técnica de pesquisa qualitativa, mas também como um gesto ético-político de exercer, acolher e respeitar a escuta de histórias

e vivências singulares que foram, por muito tempo, silenciadas. Trata-se de uma abordagem que permite trabalhar com as tensões, afetos e subjetividades trazidos à tona pelos sujeitos parentais, evitando generalizações. É uma forma de transpor a lógica da invisibilidade e da exclusão para com as famílias homoparentais. Além disso, a base teórica está ancorada pelas lentes da Psicanálise e da Psicologia Social, a fim de aprofundar e desenvolver a escrita no campo da Psicologia.

2.1 Participantes

Foram realizadas quatro entrevistas, sendo duas com duas famílias. A média de tempo de cada entrevista foi de 1 hora e 7 minutos.

Família 1⁵: Amanda⁶, 30 anos, divorciada de Juliana, 30 anos, mães dos gêmeos Bento e Luiza, 5 anos.

Família 2: Fábio, 35 anos, casado com Guilherme, 40 anos, pais de Arthur, 15 anos, e Letícia, 25 anos.

2.2 Local

A primeira entrevista foi realizada remotamente com Amanda, via Google Meet, e a segunda, com Fábio e Guilherme, presencialmente, em um escritório *coworking* na região central da cidade de São Paulo.

3 BREVE APRESENTAÇÃO DAS FAMÍLIAS

Família 1

Amanda, 30 anos, e Juliana, 30 anos, foram um casal por 13 anos. Hoje, separadas, elas possuem como fruto dessa relação os gêmeos Bento e Luiza, de 5 anos. A gestação dos gêmeos se originou através da técnica da fertilização *in vitro*, onde Amanda gestou, e graças ao procedimento de indução de lactação, Juliana também pode amamentar seus filhos.

⁵ A entrevista foi realizada com uma das mães, Amanda, que contou a respeito da história do ex-casal, de como foi o processo de compreensão da família de origem de ambas acerca da homossexualidade, do casamento e do nascimento das crianças, além de relatar sobre o processo que tiveram com todas as instituições escolares que os filhos frequentaram, da personalidade de cada filho, da relação deles com o fato de terem duas mães, dentre outros assuntos. A outra mãe, Juliana, não pode participar.

⁶ Todos os nomes adotados neste trabalho e referentes às pessoas entrevistadas e seus respectivos são fictícios.

Amanda é profissional do campo da assistência social e Juliana é profissional do campo da justiça, e ambas também passaram a trabalhar com conteúdos sobre parentalidade homoafetiva na internet, após o nascimento dos filhos. Elas se conheceram na adolescência, quando ainda não se entendiam como lésbicas, mas a amizade acabou transformando-se em um grande amor, cuja compreensão foi confusa inicialmente para elas, dada suas respectivas criações cisheteronormativa. Quando ambas completaram 17 anos, começaram a namorar, e o relacionamento não foi receptivo pelas duas famílias. Muitas discussões e distanciamentos aconteceram, por ausência de compreensão – homofobia internalizada por parte dos familiares.

Durante 13 anos de convivência, estiveram em um bom e feliz relacionamento, e devido à dificuldade de suas famílias de origem em aceitar o relacionamento, elas já se entendiam enquanto família desde o início da relação, o que acabou se consolidando. Mesmo após o rompimento enquanto casal, as duas mantêm uma boa relação, em prol dos gêmeos, e reafirmam que permanecem sendo uma família (sic).

Elas compartilham a guarda das crianças, de forma que se dividem igualmente entre as tarefas, cuidados e responsabilidades, alternando entre elas a cada semana com quem os gêmeos ficam. Esse processo de divórcio tem sido abraçado pela escola que os gêmeos frequentam, o que acabou se tornando um grande apoio para as duas mães.

Família 2

Fábio, 35 anos, e Guilherme, 40 anos, estão casados há 9 anos. Eles são pais adotivos de Arthur, 14 anos, e Letícia, 25 anos. Guilherme era padrinho solidário de Letícia, que estava abrigada em um Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA), antes de iniciar o relacionamento com Fábio. Dois anos após se casarem, eles conseguiram iniciar o processo de adoção da jovem, que estava prestes a concluir 18 anos e, desta forma, não teria mais como ser adotada; agora, já faz sete anos que Letícia possui uma família.

Arthur, por sua vez, chegou um ano e meio depois da adoção de Letícia. Ele tinha 6 anos quando chegou ao SAICA, e com o envolvimento de Guilherme com a instituição, houve um movimento voluntário por parte deste em contribuir com a educação daquela criança, chegando a entrar na Justiça para poder financiar os estudos de Arthur e proporcionar a ele

um acesso que muito provavelmente não o teria, e isso sem a intenção de adotá-lo. Porém, a estadia de Arthur no SAICA não foi longa, porque alguns meses após esse fato a proposta de sua adoção por Fábio e Guilherme foi aceita, e desde então, faz seis anos que Arthur possui uma família. O casal nomeou o processo de adoção de Arthur como uma “gravidez não planejada”.

Fábio é profissional do campo de eventos e Guilherme é profissional do campo de design. Eles se conheceram por intermédio das redes sociais, pouco tempo após o divórcio de Guilherme, e contaram como a trajetória de namoro, casamento e adoção dos filhos foi sequenciada e durou um período de dois anos. Na busca de uma referência de família homoparental, algo que não encontraram no período que estavam constituindo família, também acabaram trabalhando com conteúdos relacionados à temática nas redes sociais.

Essa família é composta por diferentes raças: branca (pai Guilherme), preta (filhos Letícia e Arthur) e amarela (pai Fábio). É um fator que convoca ambos os pais a se comprometerem enfaticamente com o letramento racial, em prol do cuidado com os filhos e suas respectivas questões de identificação.

4 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

O método de análise temática foi adotado na discussão das entrevistas, sendo que os três temas elencados — família, educação e perspectiva social — resultaram das perguntas disparadoras que organizaram o roteiro das entrevistas. As perspectivas psicanalítica e psicossocial constituem o fio que conduz a interpretação e as reflexões propostas.

Família

Tornar-se pai, mãe ou cuidador é uma longínqua trajetória iniciada antes mesmo da criança nascer. A construção da parentalidade é, portanto, uma construção subjetiva, que remete nos sujeitos envolvidos suas concepções de parentalidade e de família, bem como os afetos, traumas e desejos envolvidos, e principalmente o processo de se haver com tudo isso. No que diz respeito às famílias homoparentais, a referência simbólica é uma questão, visto que conforme dito anteriormente, a possibilidade da existência legal desse formato familiar é extremamente recente, sendo que a sua assimilação e reconhecimento por parte da sociedade é um processo lento e pleno de contradições. Ao longo das duas entrevistas, pode-se notar que

ambas as famílias passaram por situações de receios e inseguranças referente às suas famílias de origem, seja por conta do relacionamento homoafetivo, seja pela preocupação sobre como os familiares iriam reagir com a chegada dos respectivos filhos. Os dois métodos de escolha quanto à decisão de ter filhos — fertilização *in vitro* e adoção, foram vivenciados apenas entre os casais entrevistados, sendo que suas respectivas famílias de origem não participaram do processo. Esse já é um dos primeiros indicativos de uma comum solidão das famílias homoafetivas: a ausência de uma rede de apoio.

“Eu acho que um dos desafios é a família estendida, porque até então era uma coisa minha e do Guilherme. E com a chegada da Leticia, depois com a chegada do Arthur, e entendê-los na nossa família estendida assim, não só como a nossa filha, mas como a neta dos nossos pais, a sobrinha das minhas irmãs... como se forma essa vinculação... até porque a gente não teve uma conversa preparatória com as nossas famílias de falar ‘olha, vai chegar...’ e tudo mais, ou o ‘Vamos juntos, sonhar a chegada dessa criança, vamos acompanhar essa barriga crescente’. Não tem isso assim... na adoção nunca tem, né? O aviso do desejo. Acompanhar a barriga crescendo, na adoção nunca tem isso, eventualmente tem.”

— Fábio, pai da Família 2

O pai Guilherme complementou a fala do esposo ao trazer que não houve a construção do sonho de formar uma família com as famílias de origem de ambos: para além da questão de acolhimento, a adoção é um processo de expectativas sem saber o que está por vir, já que, embora o casal que se inscreve na fila de adoção escolha um perfil, não há como saber o que está por vir:

“A fila de adoção é longa, né? Então, né, o casal vai formando com a parte, vai esperando... você não sabe direito que vai vir. Assim, mas, tipo, você vai ser pai, vai ser lindo. Dois, três (filhos) assim, não dá para saber. Depende do perfil que você escolhe. Mas se já vai criando essa coisa, do espaço... vai deixando de tomar alguma decisão que interfira, porque pode ser que a qualquer hora chega a criança e tal, então a família acabaria participando disso. Mas no nosso caso, a nossa não participou nem um pouco nenhuma das 2, em nenhum dos 2 casos.”

— Guilherme, pai da Família 2

O vínculo biológico, nesse caso, não existe, e ainda assim não há ausência de afeto ou cuidado; o que se observa na família de Fábio, Guilherme, Leticia e Arthur é um evidente sentimento de pertencimento que foi se construindo, algo que também precisa acontecer em famílias que possuem o vínculo genético, ou seja, independe da forma que irá tomar; a formação dessa família depende exclusivamente do que vai se constituindo. Em *Totem e Tabu*, Freud (1913/2012) enfatiza que o parentesco se estrutura em torno de sistemas de proibição, culpa e substituição, denotando assim que a função parental é uma construção cultural e não biológica. A parentalidade adotiva, especialmente no contexto das famílias homoafetivas, é um gesto de afirmação e compromisso igualmente ético e afetivo; é um ato político, afinal, é

uma escolha: por desejo, por responsabilidade, e não por obrigação social ou expectativa reprodutiva, uma vez que o processo de adoção no Brasil é exigente, é atravessado por longas etapas e entraves jurídicos, além de, comumente, enfrentar as violências gritantes e silenciosas que a homofobia acarreta. Além disso, esse processo se torna ainda mais potente porque é justamente o desejo que mobiliza a formação dessas famílias, e, quanto a isso, Silva (2024) nos afirma o seguinte: “o entrelaçamento dos laços afetivos e biológicos é de tal ordem que parece impossível separar a parte que depende da genética e aquela que depende do afetivo” (Silva, 2024, p. 271)

A Família 1, por sua vez, não se constituiu a partir do processo da adoção, e sim através da *fertilização in vitro cruzada*, ou seja, a fecundação do óvulo de uma mãe é realizada com o material genético de um doador, em um laboratório, e a outra mãe gesta o embrião em seu útero. Ademais, Amanda e Juliana optaram também pela indução de lactação, que promove a participação de ambas as mães na amamentação. Esse método permite que seja uma gestação compartilhada entre as mães, independente de apenas uma abrigar o bebê em seu ventre, e estreita a conexão das duas com o bebê através do aleitamento materno.

Não obstante, além das questões de aceitação, compreensão e respeito com a sexualidade, as duas famílias entrevistadas apresentaram demandas diferentes que perpassam seus respectivos contextos: ainda que a Família 1 esteja atravessada por questões emocionais referente à separação das duas mães, há um trabalho conjunto realizado pela parceria escola-família para cuidar afetivamente dos gêmeos e amortecer o impacto dessa mudança em suas vidas. Silva (2024) destaca que, independentemente de o casal homoafetivo acabar se divorciando, seus respectivos papéis parentais permanecem e não invalidam a construção realizada até então:

(...) a função parental não deixa de existir em caso de separações entre os pares, e a clareza e a interação entre pais e mães homossexuais favorecem o desempenho das funções pertinentes aos filhos. (Silva, 2024, p. 277)

Já a Família 2 lida com questões raciais, uma vez que ambos os filhos são pessoas pretas e demandam um cuidado, atenção e posicionamento constantes em prol da formação socioemocional, cultural e identitária; é algo que exige um exercício e reflexão diários dos pais, visto que são pessoas que ocupam um lugar de branquitude — isso será discutido mais adiante no tópico de *perspectiva social*.

Felizmente, após a chegada das crianças, houve um período de adaptação para os familiares (família estendida), que hoje acolhem o casal e os filhos, e exercem os papéis de avós, tias (os), primas (os), tendo havido uma transformação significativa no tratamento e apoio que eles expressam em relação ao casal parental homoafetivo.

Em ambas as famílias, surgiu nas falas a ausência de referências simbólicas para pais homossexuais, além de reflexões sobre como isso afetou e gerou inseguranças para elas. Essa questão foi tão latente que os quatro sujeitos parentais passaram a partilhar parte de suas respectivas rotinas, anseios, questionamentos, desafios e conquistas nas redes sociais, criando uma identidade de referência para milhares de outras famílias homoafetivas.

Assimilar a complexidade da parentalidade como um todo é reconhecer que tanto ela quanto qualquer outro tema social será atravessado por recortes de gênero, raça, sexualidade e classe— e discutir aqui a importância desse grupo de sujeitos parentais homoafetivos é legitimar e dar voz às suas vivências individuais, que não incomum, são coletivas entre esse grupo. Silva (2024) destaca:

(...) mas o mais importante é a qualidade da interação cuidador (a)-criança para o desenvolvimento e a socialização da criança do que o gênero ou a orientação afetivo-sexual de quem cuida. (Silva, 2024, p. 275)

Questionar o mito da filiação biológica e da sexualidade é reconhecer outras parentalidades e não significa desvalorizar o vínculo genético, mas sim compreender que ele não é a única forma possível, tampouco potente, de formar laços familiares — o que intrinsecamente funda a parentalidade é o lugar e as trocas simbólicas que ocorrem; o cuidado que se oferece cria condições para ser e estar, e só se aprende a cuidar, cuidando. E a própria criança entrega isso, subjetiva e diretamente. Esse cuidado se desvincula de uma função que de forma estereotipada é considerada como “natural”, assumindo o compromisso de uma construção subjetiva fundada pelo vínculo: são os atos reiterados de cuidado que tornam alguém reconhecível enquanto figura parental (Butler, 2018).

Assume-se que família deve ser o lugar em que as pessoas escolhem estar, exercendo o amor, o cuidado, a cumplicidade e o respeito; é um espaço fundamental para a troca afetiva e a transmissão simbólica (Zornig, 2010) independentemente de questões de gênero e/ou sexualidade de sua estrutura.

Educação

“A escola sempre foi a nossa preocupação maior. Assim, tirando a parte do como a sociedade vai receber a nossa família, né? Nossos filhos... a gente tinha preocupação de como os educadores vão tratar eles, como as famílias dos amiguinhos vão tratar a gente, né? Os pais, as mães, enfim, como que a gente vai ser inserido ali nesse grupo, né? Porque normalmente a escola tem essa comunidade da família e tudo mais. E a gente ficou muito receosa. Com isso, e a gente queria muito referências de escolas aqui e por ser uma cidade do interior, a gente não tinha muito essa referência.”

— Amanda, mãe da Família 1.

A escola é o lugar onde a maioria das pessoas passa em média 14 anos de sua vida, levando em consideração o período entre a Educação Infantil e o Ensino Médio. É o espaço diário que promove a socialização entre os sujeitos e os forma para a convivência em sociedade, tanto para fins acadêmicos como de convivência. Em muitas realidades, é o lugar no qual esses jovens passam mais tempo com seus educadores e colegas do que com os próprios familiares, que, em geral, estão comprometidos com seus ofícios de trabalho. Desse modo, é um espaço fundamental de (des)construção para essas crianças e adolescentes, assim como para seus educadores também, e exerce um papel determinante em suas respectivas formações.

Uma das coincidências que surgiu nas entrevistas foi o fato de as duas famílias assumirem prontamente uma atitude defensiva e que exigiu uma posição da instituição escolar de seus filhos referente às questões relativas à parentalidade homoafetiva. A busca por instituições que não apenas fossem comprometidas com uma abordagem pedagógica focada no desenvolvimento da criança sem o exercício de grandes pressões (início precoce da alfabetização, por exemplo), mas que também se expressassem de forma acolhedora quanto ao tratamento para com famílias homoafetivas e que adotassem políticas psicopedagógicas que levassem em consideração as famílias homoafetivas, foi adotada como um princípio inegociável por parte destas mães e pais. Amanda, uma das mães da Família 1, relatou acerca disso:

“E eu até brincava, ‘Juliana, nossa, parece que a gente está meio que se defendendo já’, mas é uma forma de se proteger. A gente já ligava e falava, perguntava valores, perguntava ‘como que vocês tratam famílias homoafetivas?’, ‘Tem família homoafetiva?’, ‘Tem Dia das Mães, tem Dia dos Pais?’ Então a gente questionava isso.”

— Amanda, mãe da Família 1

A Família 2 também teve preocupações parecidas ao questionar a primeira escola de Arthur frente às questões raciais e acabou se deparando com uma decepção:

“Porque o nosso incômodo nessa situação era porque estava chegando o feriado do Dia da Consciência Negra, então a gente foi levar a questão para escola, sobre como que eles trabalham isso com os alunos, né? Eles sabem o porquê desse feriado, todo o histórico e recebemos uma resposta de que lá no oitavo ano eles vão aprender algo sobre. E para a gente não era o suficiente, acho que a questão racial ela precisa ser ensinada em todos os anos, né? Então a gente começou a procurar outras escolas já muito focadas na questão da diversidade, né? Quem são os professores? Tem algum professor negro? Como a questão racial está inserida nos conteúdos didáticos, enfim, até que a gente encontrou a X, que já tinha uma estrutura que nos agradava mais.”

— Guilherme, pai da Família 2

Ou seja, para além de atentar-se com as questões envolvendo as suas respectivas configurações familiares e o impacto delas na vida social de seus filhos, há também o cuidado e a atenção com outras demandas que impactam aspectos sociais, de identidade e de representação. Os sujeitos parentais entrevistados se manifestaram sobre:

“Então a escola é fundamental, porque a gente sabe que lá tem que ser um lugar seguro e acolhedor e que eles podem falar das mães também. Somos as únicas mães de lá, mas quando a escola é diferente, diferenciada, às famílias que estão lá também são. Então são famílias totalmente com pensamento aberto, e tem outras configurações, né? Tem pais separados? Tem crianças que perderam a mãe, que a mãe faleceu e são criadas por avós e/ou pais. Então são outras configurações, né? Não só homoafetivas, mas que, de certa forma, as crianças se sentem representadas também.”

— Amanda, mãe da Família 1

“E no caso do Arthur, um dos grandes medos era a experiência escolar, porque para além da questão da raça, também tinha a questão, né, da LGBTfobia, de como o Arthur ia ser recebido pelos colegas, de como nós íamos ser recebidos pelos pais dos colegas, né? Por tudo isso assim, então eu acho que foi um grande receio.”

— Fábio, pai da Família 2.

Através do espaço legitimado pelo educador, é possível dar visibilidade, escutar e/ou dar devida atenção às causas urgentes — garantir o ambiente seguro de aprendizagem, e aqui a referência não é à alfabetização da criança. Os gestores do grupo, educadores, são os responsáveis pela construção desse ambiente. — como é possível articular uma rede de apoio, suporte? Construir rede faz parte da educação, e desfrutar dela é exercer um poder: justamente

por isso, Paulo Freire (1996) nos relembra da importância de destacar a escola enquanto fundamental desconstrução dos espaços de poder.

Essa instituição precisa estar aberta às experiências que lhe desestabilizam, afinal, esse estranhamento que irá provocar a mobilização, a ação, o construir em conjunto. Quando somos afetados, produzimos o mundo. Falar sobre as diferentes configurações familiares com as crianças, com os amigos, nas organizações, escolas e demais espaços de convivência sociais é fundamental para que os horizontes sejam ampliados. Impreterivelmente, o diálogo é a melhor e mais poderosa ferramenta para viabilizar o processo de libertação, que precisa subverter o discurso local (preconceituoso e fora da norma), e os educadores serão, em primeiro momento, a voz do corpo docilizado, em estado inicial de formação sócio-crítica; ademais, eles são a base do processo educativo, visto que são eles que escutam, acolhem, observam e agem ainda que os recursos e as estruturas sejam precários, em muitos casos. E são eles também que demandam atenção, cuidado e formação para continuar nesse processo intenso que é a formação socioeducacional de crianças e adolescentes. Eles precisam de amparo e de uma base que dê suporte para acolher e agir adequadamente com cada criança e sua respectiva família.

A escola é, portanto, um ambiente de aprendizagem contínua também para os adultos que a compõem, sejam educadores ou familiares, eles também demandam apoio emocional, acolhimento institucional e formação que acompanhe a contemporaneidade e a pluralidade de demandas e existências. Esses adultos, sobretudo os educadores, são parte essencial da qualidade da educação e da formação exercida para com as crianças e adolescentes; no momento que a escola se compromete a cuidar de quem cuida, ela planta um ambiente muito mais humanizado, passível de diálogo e colherá, cada vez mais, frutos potentes para todos que a frequentam e (des)constróem. Esse plantio foi mencionado por Amanda:

“Estou plantando a semente dos meus filhos e assim é isso, é levar para as escolas, porque eu sei que a escola é o centro ali da coisa. Tirando a família, a escola é o lugar onde eles vão criar muitas memórias, traça um pouco do pensamento crítico deles, do que eles vão pensar sobre natureza, sobre família, sobre raças, sobre animais, né”

— Amanda, mãe da Família 1

A educação enquanto regulação da vida tem como função — dentre várias — sobretudo formar cidadãos críticos e promover a socialização. E é exatamente por ter essa funcionalidade que é um dos espaços mais férteis para se dialogar sobre as diferentes

configurações familiares e/ou o amor entre as pessoas. A educação precisa se comprometer como ensino plural e afetivo, e não retroalimentar um sistema com silenciamentos, apagamentos e/ou exclusão de identidades. Para alguns (muitos), silenciar ou se omitir é melhor do que dialogar sobre, a fim de não se envolver na polêmica. Negar informações por preconceito ou ausência de conhecimento é assumir que quanto mais afastarmos a discussão sobre as diferentes configurações familiares, maior é a chance de continuarmos em uma sociedade injusta, preconceituosa e desinformada. É evidente que o diálogo e a conversação franca permitem a livre discussão e construção conjunta entre os envolvidos, promovendo assim, o desenvolvimento e aprimoramento de uma consciência crítica, a partir do sujeito perceber a realidade em que vive e entender a sua inserção social.

Isso faz com que os assuntos aprendidos na escola pelas crianças e adolescentes possam ser levados para casa e mobilizar diálogos fundamentais na construção do vínculo, da identidade e do entendimento social, por exemplo. Guilherme, pai da Família 2, observou que, ao aprofundar a pauta de questões sexuais e de raça— diálogo esse já iniciado anteriormente pelo casal— foi possível conversar melhor com Arthur, pelo fato da escola dele proporcionar uma educação alinhada com esses valores:

“(...) nós como pais, nos questionamos, até mesmo pela idade... de até que profundidade nós podemos debater? Mas, enfim, eu acho que desde sempre a gente traz no nosso discurso a pauta antirracista, né? A pauta de sexualidade então, a gente tenta falar com naturalidade. É tanto que a mudança da escola foi por questões de que a escola não tratava muito as questões raciais e entendemos que não era o tipo de educação que a gente queria.”

— Guilherme, pai da Família 2.

Desse modo, é imprescindível destacar a importância da relação entre as famílias — sobretudo, as homoafetivas — e a instituição escolar que foi evidenciada por todos os sujeitos parentais entrevistados. A participação significativa na formação crítica e empática das crianças, a abordagem pedagógica utilizada como referencial da instituição, a implicação desta com os movimentos sociais e o reconhecimento deles, dentre outros exemplos, fortalecem o alinhamento de expectativas e de parceria entre a escola e a família.

Perspectiva social

O tema de perspectiva social tem como objetivo compreender a partir das famílias a visão que elas possuem da integração da sociedade e o papel da instituição escolar para com a

inclusão da diversidade, desde o diálogo às ações práticas. O que ambas as famílias enfatizaram foi a respeito da importância da aliança entre elas e a escola, visto que o desenvolvimento da criança é a prioridade. É uma formação além do âmbito pedagógico que esse ambiente proporciona, sendo o lugar de socialização primária e fundamental para o exercício da convivência nos demais espaços da sociedade. A mãe da Família 1, Amanda, destacou a essencialidade dessa parceria:

“A escola, para mim, não que ela seja totalmente responsável, mas ela tem que estar muito alinhada e ser a aliada da família no processo de desenvolvimento da criança. Não falo nem pedagógico assim é de. Divisão de mundo mesmo, né? Então por isso que, para nós, a gente tem que estar muito segura sobre a escola, em qual colocar, porque ali os educadores não são só professores, né, mas a moça da cozinha, da limpeza. É saber o que que elas pensam sobre a nossa família, como eles enxergam a nossa família, porque cada fala, cada gesto, cada acolhimento vai deixar uma mensagem. Não porque são os gêmeos, né? São eles e todas as crianças. Não é só falar, é o agir que marca, né? O exemplo de ação e cada forma que eles lidam.”

— Amanda, mãe da Família 1.

Para elucidar o desdobramento da manifestação dos preconceitos, sobretudo da homofobia e das expressões e comportamentos do indivíduo nos grupos sociais pertencentes à sociedade, podemos pensar no conceito de afecção. Segundo Brazão (2018), baseado em Deleuze (1978),

Afecção e afeto, como processos relacionais que são, em sua emergência, aludem a propriedades pertinentes a ambos os corpos e servirão como indicadores para situações vivenciadas, em uma relação presente ou em uma experiência passada. (Brazão, 2018, p. 93)

A afecção então, seria inventar causas e porquês sobre o outro por conta de sentimentos próprios, resultando em ficar prisioneiro de uma ideia fixa por conta de equívocos de sua imaginação ou ausência de conhecimento. Para toda afecção, há uma correspondência no outro, ou seja, é uma mistura de dois sujeitos, um corpo impõe o que é seu sobre o outro, e este outro recebe esse dito (Deleuze, 1978 apud Brazão, 2018). Paralelo à Freud (1913/2012) e a alusão dos totens e dos tabus, podemos compreender que a maneira como o sujeito preconceituoso produz o padrão heteronormativo nas relações e na ocupação da sociedade tem origem na imposição de afetos próprios, negando a realidade aquém do que ele internaliza e reproduz para com o outro, que caso não siga essa norma imposta, perante a ela estará assujeitado.

O que é uma afecção de vosso corpo? Não o sol, mas a ação do sol ou o efeito do sol sobre você. Em outras palavras, um efeito, ou a ação que um corpo produz sobre um outro, se diz que Spinoza, em razão de sua física, não acreditava em uma ação à distância — a ação implica sempre um contato— é uma mistura de corpos. A *affectio* é uma mistura de dois corpos, um corpo que é dito agir sobre o outro, e o outro receber a impressão do primeiro. *Toda mistura de corpos será nomeada afecção.* (Deleuze, 1978, p. 9 apud Brazão, p. 81)

Paralelo a isso, quando ambas as famílias denotam suas respectivas preocupações quanto à reação da comunidade escolar com os seus filhos, com a convivência com as demais crianças e com as suas respectivas recepções pelas outras famílias, vai de encontro com uma expectativa que os padrões heteronormativos impõem, e geram a afecção, uma ação de um sujeito que implica diretamente no outro. Isso denota, de acordo com Brazão (2018), que podemos pensar na construção de significados comuns a partir da experiência, que foi o caso da expectativa negativa por parte dessas famílias por experiências anteriores as deles:

A perspectiva dialógica, para a construção de significados, é entendida como sendo um processo de constante negociação que diria respeito à relação entre a experiência produzida e a construção de um significado comum para esta experiência. (Brazão, 2018, p. 92)

Pessoas LGBTQIAPN+, na maioria dos casos, não crescem sendo quem são, mas crescem interpretando uma versão de si mesmos que sacrifica a autenticidade para minimizar a propagação de humilhações e preconceitos. A maior tarefa ao chegar na vida adulta é desvendar quais partes de si fazem parte de quem realmente são, e quais partes foram criadas para lhes proteger. Tratados como anomalias por anos, por fugirem à regra cisheteronormativa imposta, os sujeitos homoafetivos quando escolhem construir uma família fora dos moldes tradicionais, tornam-se, muitas vezes, alvo de algo que Freud (1913/2012) nomeou como contágio simbólico do tabu: “o indivíduo que violou um tabu torna-se ele mesmo tabu (...) porque o exemplo é contagioso” (Freud, 1913/2012, p. 62). E de fato, o é. Ao conduzir as entrevistas, ambas as famílias trouxeram a questão da identificação e a ausência de referências de famílias homoparentais em seus respectivos cotidianos, o que os levou a iniciar partilhas parciais de suas rotinas nas redes sociais a fim de compartilhar com pessoas ao redor do Brasil e do mundo suas experiências com seus filhos e o vivenciar da parentalidade. Sair da bolha — cultura da cisheteronormatividade que autoriza ou não a existência do que foge esse padrão — e gerar esse contágio simbólico do tabu tem sido a forma pela qual esses sujeitos parentais conseguem atingir outras famílias e assim, criar uma rede de apoio, compartilhamento e elaboração de seus respectivos processos internos. Saber que existem outras milhares de

famílias como às suas, ainda que não tantas quando comparadas às uniões heteroafetivas, é reconfortante para seguir adiante, “desobedecendo” a norma e consolidando simbolicamente os seus modos de viver na sociedade contemporânea.

Dentro de casa, na escola, no supermercado, no parque, seja lá onde estiverem, são uma família como qualquer outra. E os entrevistados trouxeram isso com eloquência a partir de seus relatos pessoais. Os maiores desafios de pertencer a uma família diversa, no entanto, ainda circunda esses ambientes externos ao lar familiar, através de olhares, comentários inadequados, piadas disfarçadas, e principalmente em razão da falta de representatividade e políticas públicas que fecham os olhos para realidades como as dessas famílias. Desde olhares desdenhosos, comentários ambíguos a perguntas invasivas que tentam reduzir a existência das pessoas LGBTQIAPN+ a estereótipos. São microagressões que ferem pessoas cotidianamente, na tentativa de inferiorizar e reforçar a ideia de não-pertencimento à sociedade. Fábio, um dos pais da Família 2, destacou isso em um dos trechos da entrevista:

“Eu tendo a achar que há outros desafios muito maiores na educação para além disso, a questão de ser gay ou não é tão... mínima, principalmente dentro de casa assim, não é uma questão, nunca foi. Eu acho que fora dela que é”

Através da captura de expressões da subjetividade que se encontra o poder das relações e, assim, a multiplicidade humana. É preciso reconhecer que a repressão da homoafetividade e o que a envolve é um mecanismo cultural de apreensão da sexualidade, onde a heteronormatividade é exercida enquanto disciplina da sexualidade: os estereótipos de gênero são impostos para as crianças nos diversos espaços que elas integram na sociedade e o mais fundamental deles — a escola —, é o lugar que influencia diretamente, e dessa forma, o lugar que pode transformar também a estereotipia colocada. E ela pode começar a partir de reflexões simples como não poder existir brincadeiras “só” de meninos ou meninas, do incentivo a formação de diferentes grupos nas atividades, assim como no reforçamento da diversidade (seja ela de origem de gênero, sexualidade, deficiência, raça, cor, dentre outras) ao longo das leituras, atividades, eventos e as demais cotidianidades de um ambiente escolar e com a comunidade que o compõe.

“Apreciar os benefícios de viver e amar em comunidade nos empodera para lidar com estranhos sem ter medo, e lhes estender o dom da abertura e do reconhecimento. O simples ato de falar com um estranho, reconhecer sua presença no planeta, cria uma conexão. Todos os dias, todos nós temos oportunidade de praticar as lições que aprendemos em comunidade. Ser bondosos e gentis nos conecta uns aos outros.” (hooks, 2021, p. 147)

O sujeito não atua no coletivo se não a partir da sua singularidade, e o conjunto de singularidades forma o dispositivo grupal, que produz o “estar em grupo”, que vai para além das individualidades: uma vez estando em grupo, há encontro, afeição e deslocamento, é acionado em cada indivíduo o afeto pelo outro; a sociedade nada mais é do que essa forma organizada de associação humana, uma construção coletiva que está em constante mudança e transformação e exerce uma responsabilidade compartilhada. Todas as relações são importantes e são significativas: estar em relação é exercer um poder sobre aquilo que você se relaciona e se afeta; o grau de potência do sujeito depende daquilo que ele se relaciona, e uma vez que este se recusa a entrar em contato ou conviver com aquele que difere de si mesmo, se afasta do seu nível máximo de potência. Paralelo a isso, podemos estabelecer que o sujeito que exerce preconceitos e impõe a dinâmica cisheteronormativa contra pessoas homoafetivas, o faz por ausência de conhecimento, dificuldade de lidar com o que está aquém da norma colocada ou enviesamento de ideologias contraditórias, além de evidenciar, tal qual observou Freud (1913/2012), conteúdos reprimidos que revelam a visão da ameaça à ordem simbólica que sustenta o que se considera “legítimo”. Isso é se afastar do nível máximo de potência: não suportar o deslocamento e a mobilização que o viver em grupo convoca.

Deve-se colocar em pauta e questionamento sobre como se constrói políticas públicas para pensar nesse cuidado com as famílias homoafetivas e, sobretudo, com a população LGBTQIAPN+ como um todo. Além disso, considerando o recorte da instituição escolar, qual é o nível de comprometimento socioemocional e cultural que a escola está declarando com aqueles que as frequentam? Fábio, um dos pais da Família 2, destacou:

“Eu acho que tudo gira um pouco em torno das políticas públicas. Se falar de inserção de pessoas, é garantir que tem um mínimo ali, ainda que não seja o ideal. E ainda que essas pessoas não ocupem espaços de poder dentro dos lugares, pelo menos existe ali um mínimo. Então, as políticas públicas, elas garantem, elas obrigam que determinadas ações que às vezes não aconteceria por vontade própria, por exemplo, a própria obrigatoriedade de estudar África, na escola brasileira tem uma lei que exige, obviamente que tem muitas escolas que ainda não cumprem, mas, se não existe essa política pública, eu acho que dificilmente alguma escola tomaria uma iniciativa por si só.”

— Fábio, pai da Família 2

Amanda também teve uma fala significativa referente à forma como a escola se posiciona referente o entorno social das famílias homoafetivas:

“Então a gente questionava isso, como é que a escola vai lidar se algo acontecer? Porque eu não quero meu filho se sentindo coagido, excluído, perseguido, humilhado, só porque ele tem 2 mães e não tem um pai, sabe?”

— Amanda, mãe da Família 1.

É preciso olhar para as demandas da situação e dessa população. Posicionar-se é a primeira manobra de resistência para enfrentar os preconceitos arraigadamente praticados por sujeitos compostos por uma precariedade subjetiva e social e que também compõem significativamente a sociedade. A luta é contra um mundo que produz e reproduz continuamente formas de discriminação para aqueles que escapam das normas de gênero e sexualidade impostas pela sociedade. hooks (2021) nos convida a olhar essa discussão através da perspectiva do sujeito social se haver com a sua forma de se relacionar e como isso será passado para as crianças, além de enfatizar a importância dos adultos nessa orientação:

Enquanto não começarmos a ver a criação amorosa em todos os tipos de família em nossa cultura, muitas pessoas continuarão acreditando que só se pode ensinar disciplina com punição, e que a punição severa é uma forma aceitável de se relacionar com as crianças. Como são capazes de oferecer afeição instintivamente ou reagem ao cuidado carinhoso retribuindo-o, geralmente se pressupõe que as crianças sabem como amar e, portanto, não precisam aprender essa arte. Embora o desejo de amar esteja presente em todas as crianças pequenas, ainda assim, elas precisam de orientação quanto às formas de amar. Adultos podem orientá-las. (hooks, 2021, p. 61)

Para reforçar essa fala de bell hooks, Fábio, um dos pais da Família 2, compartilhou um momento significativo da construção e reconhecimento de sua parentalidade em um episódio com os colegas do filho Arthur:

“Quando meu filho tinha 7 anos de idade, estávamos eu, meu marido e nosso filho em um piquenique promovido pela escola do meu filho, e um grupo de crianças se aproximou de nós e perguntou: ‘O que vocês dois são do Wesley?’. Eu já sabia que em algum momento essa pergunta aconteceria e nunca cogitei a mentira como uma possibilidade de resposta. Me deu um frio na barriga e respondi: ‘Somos casados e somos pais do Wesley’. Internamente, eu já estava organizando um discurso para explicar o meu modelo familiar para o grupo de crianças, fiquei tenso esperando a reação do grupo. Mas, não houve nenhuma surpresa, nenhum estranhamento... Simplesmente aceitaram a resposta e continuaram brincando, como se fosse a coisa mais natural do mundo – porque, na verdade, é. Esse momento me marcou porque reforçou algo que eu sempre soube: o preconceito é aprendido. As crianças enxergam o mundo com pureza, sem rótulos ou barreiras. São os adultos que ensinam os julgamentos e as limitações.”

— Fábio, pai da Família 2

Experiências positivas e que agregam beneficentemente as famílias homoafetivas também acontecem, e felizmente ambas as famílias entrevistadas enfatizaram isso, e de como foram bem recebidas em diversos momentos nos espaços que ocupam com suas crianças, de que através da leitura de livros tematizados com a inclusão e as diferenças, foi possível propor

essa conversa com as crianças em sala de aula e também nas residências familiares, além de receberem acolhimento e espaço de diálogo genuínos pelos educadores responsáveis pelas escolas que as três crianças das famílias entrevistadas frequentaram. Esses são exemplos saudáveis de abordagens acolhedoras, afetivas e respeitosas por parte da sociedade que esses sujeitos parentais compõem, mas que infelizmente não são a regra. O objetivo dessa análise é justamente expor que, embora os eventos respeitosos sejam vários, ainda são mínimos perante o todo, e por isso, cabe aqui propor uma reflexão de quão assustadora é a realidade das pessoas LGBTQIAPN+ que decidem constituir família, por estarem sujeitas a enfrentar uma série de preconceitos que tentam invalidar a sua existência. Ainda com esses obstáculos, Fábio, pai da Família 2, deixou uma mensagem encorajadora ao final da entrevista:

“Se jogar em uma parentalidade sem medo é necessário. Assim, eu tive muito medo da questão da homofobia, principalmente da experiência do meu filho dentro da escola, de como os amigos iam tratar ele ou como os pais nos tratariam que foi muito mais tranquilo do que eu imaginei.”

— Fábio, pai da Família 2

Fica evidente, desse modo, que a inclusão é uma luta por justiça social, empatia e, sobretudo, por respeito. Está para além de uma generosidade. Ao tolerarmos as diversas agressões — escancaradas ou silenciosas —, retroalimentamos a discriminação como fator inevitável na sociedade. Perspectivas sociais sempre existirão aos milhares, a questão é o sujeito compreender que, ao mesmo tempo que habita/faz parte de uma sociedade e que clama por mudanças significativas, se faz necessário reconhecer que o primeiro passo é a mudança a partir de si.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em primeiro lugar, é preciso destacar as diversas limitações desta pesquisa. Em termos de prazo e limitação do formato do trabalho de conclusão de curso, não é possível contemplar toda a complexidade do discurso de família e suas vastas pluralidades. Dialogar a respeito da (sobre)vivência de famílias homoafetivas ainda é um fenômeno restrito à classe média. Dentro do universo LGBTQIAPN+ há um número muito pequeno que constitui núcleo familiar e isso implica diretamente em questões de raça e classe; à medida que fui me aprofundando sobre o tema, me vi de frente com essa questão de classe e é uma problemática extremamente válida para adentrar. Isso fez com que nascesse a intenção de aprofundar melhor com os demais recortes de raça e classe em um mestrado ou doutorado acadêmicos. Além disso, as questões relativas ao tempo também trouxeram à tona as dificuldades em conseguir realizar as entrevistas com mais famílias e com educadores — sendo estes um desejo inicial de desenvolver a faceta da educação na pesquisa, mas que não foi possível —; ainda que muitos candidatos inicialmente tenham confirmado disponibilidade e interesse, aconteceram falhas de comunicação com a pesquisadora que se prolongaram por tempo considerável e inviabilizaram a realização de outras entrevistas.

A respeito do tema, há pouca literatura produzida específica sobre, e em conjunto com a ampla complexidade da população brasileira, foi preciso levar em conta a realização temporal e definir um recorte para ter um cuidado maior com o que seria levantado. O que contemplou a pesquisadora ao defini-lo foi a chance de dar um espaço qualitativo de escuta ativa para com as vozes, vínculos, presenças, histórias e afetos de sujeitos que muitas vezes foram/são deslegitimados pela norma cisheteronormativa. Buscou-se tensionar na parte teórica a naturalização da família tradicional e a problemática da construção do modelo de parentalidade que se impõe para a sociedade, invisibilizando outros diferentes arranjos que não atendem ao padrão imposto. O recorte do trabalho abarca a importância de reconhecer simbolicamente as famílias homoafetivas, dado que legal e juridicamente, elas já o são; mas ainda assim, na prática, não é bem assim que acontece, dada a precariedade subjetiva de pessoas que insistem em disseminar atos, falas e gestos que remontam à homofobia e outros tipos de preconceito.

Desmontar a centralidade do biológico como critério de legitimidade parental — sem desvalorizá-lo, mas apresentando recusa à sua imposição de única via legítima de pertencimento — e afirmar que o que de fato é legítima, é a construção do vínculo afetivo, o cuidar, o desejo e a presença, reconhecidos ainda pelos respectivos (as) filhos (as) foi o

grande objetivo. A mensagem elaborada, sob leitura de diversas obras e artigos que remontam aos temas da parentalidade, sociedade e família, pensando no recorte da homoafetividade, é de que o afeto é a ação a ser destacada no exercício da parentalidade, e este não vem de laços consanguíneos, mas sim dos gestos, da construção de um cotidiano, de uma escolha diária. O amor não é e não deve ser definido por gênero ou sexualidade. O desejo de se tornar mãe, pai ou cuidador (a) se traduz em práticas cotidianas de cuidado, resistência e em uma criação de sentido, mesmo quando o reconhecimento moral não o faz.

Não obstante, escolher as lentes de aumento da Psicanálise e da Psicologia Social foi proposital para aprofundar a análise da perpetuação do preconceito homofóbico, de como este foi construído e o porquê de gerar tanto incômodo em quem o comete. E faz parte da Psicanálise contemporânea se haver com a forma que outrora fez sentido explicar a parentalidade, através dos conceitos de função materna e paterna, por exemplo. Vera Iaconelli foi escolhida intencionalmente porque é uma autora que demonstra compromisso com as mudanças de expressão da sociedade e como podemos seguir analisando e compreendendo. E mesmo Sigmund Freud não deixa de surpreender com a sua literatura; mesmo escrita mais de 100 anos atrás, ainda fornece uma base sólida de leitura dos comportamentos e movimentos sociais. Isso não significa, claro, que é uma dança uníssona dos contemporâneos, mas é uma densa sequência de pequenos passos históricos que caminham para uma melhor experimentação e compartilhamento de saberes que a sociedade possui potência para desempenhar entre os sujeitos que a compõe. Diante da exposição realizada acerca da afecção e dos totens e tabus envolvendo a homoafetividade, podemos nos questionar: como seria a expressão de um indivíduo que, livre dos tabus, não mais sofreria o medo constrangedor que se expressava na manifestação de seu pensamento?

A escola, por sua vez, aparece enquanto espaço central nessa discussão propositalmente, visto a posição ambivalente que ocupa enquanto instituição de poder — ora como reprodutora das normas que excluem, ora como terreno fértil e cirúrgico para acolhimento e transformação. Aqui, cabe enfatizar quão fundamental e próspera é a parceria entre família e educadores, sendo estes interlocutores indispensáveis na missão de construirmos uma sociedade mais habitável por todos, onde cada sujeito — independentemente de seu gênero, raça e/ou sexualidade — possa ser acolhido, escutado e convidado a exercer um papel ativo nos espaços que ocupa, de forma moral, simbólica e legalmente legitimada. A cultura do acolhimento é uma ideia que precisa ser discutida frequentemente nesse ambiente: a escola também precisa cuidar de quem cuida, ou seja, seus

educadores; afinal, a empatia e o bem-estar emocional, físico e mental devem contemplar não só os alunos e suas famílias, mas também os profissionais que sustentam cotidianamente a instituição escolar. Pensando no recorte das famílias homoafetivas, essa transformação social fica ainda mais evidente e necessária, e, com o apoio das escolas e seus respectivos educadores, há de se entender que temos a chance de presenciar e participar de uma fertilidade de mudanças substanciais na contemporaneidade.

Nesse sentido, é de comum saber que todos queremos mudanças para o mundo e para a nossa sociedade. Todos nós queremos melhorias, queremos um país melhor. Mas questiona-se: quantos de nós estamos dispostos a mudar para que isso aconteça? Qual é o tipo de cidadão que estamos formando hoje enquanto criança, que amanhã virá a ser o adulto que rege? E o adulto de hoje, podemos dizer que contribui para isso? Que tipo de sociedade estamos propensos a construir? Paulo Freire (1996) nos convida a refletir: “O fechamento ao mundo e aos outros se torna transgressão ao impulso natural da incompletude” (Freire, 1996, p. 70)

Há um caminhar no presente que determinará o nosso futuro. Diante disso, essa escrita pode ser considerada uma convocação à escuta, ao cuidado, à sensibilização, à coragem e à coletividade; é um convite a escutar as vozes da sociedade — tanto as silenciadas quanto as que silenciam — a fim de reconhecer genuinamente a diversidade dela, além de evidenciar a urgência de criação de políticas públicas coerentes que contemplem a comunidade LGBTQIAPN+ em todas as suas expressões e modos de viver. Cada singelo gesto solidário e empático fortalece essa comunidade que exerce todos os dias um ato de coragem diária ao afirmar suas expressões, desejos e formas de vida. Fica aqui a manifestação e desejo desse estudo ampliar o debate sociocultural acerca das relações entre as famílias homoparentais e a instituição escolar, bem como em outros espaços e instituições de poder da presente sociedade.

6 REFERÊNCIAS

- ARALDI, M. O.; SERRALTA, F. B. O processo de construção e a experiência da parentalidade em casais homossexuais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília/DF, v. 35, n. spe, p. e35nspe1, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ptp/a/hwqpYqtx58TrSxztFjX4czc/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 20 set. 2024.
- BAUMGART, K.; SCHWEIGER, T. **O coelho sem orelhas**. [Tradução Ilse Luder]. São Paulo: Panda Books, 2012. 56p.
- BLANKENHEIM, T.; MENEGOTTO, L. M. de O.; SILVA, D. R. Q. da. A homossexualidade e a homoparentalidade em cena: narrativas de professoras de educação infantil. **Psicologia em Estudo**, Maringá/PR, v. 27, e44295, ago. 2022. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/44295/751375154666>>. Acesso em: 04 set. 2024.
- BRAZÃO, J. C. C. Afecção e afeto em Spinoza e Daniel Stern: considerações clínicas. **Ayvu - Revista de Psicologia**, Niterói/RJ, v. 04, n. 02, p. 77-95, 2018.
- BUTLER, J. P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. [Tradução Renato Aguiar]. 16ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CADETE, V. G.; FERREIRA, S. P. A.; SILVA, D. B. Os sentidos e os significados produzidos pela escola em relação à família homoparental: um estudo de caso. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v.16, n.1, p.101-112, 2012. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/psicologia/article/view/13947/19720>>. Acesso em: 12 out. 2024.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ. **Resolução nº 175 de 14 de maio de 2013**. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_175_14052013_16052013105518.pdf>. Acesso em: 08 out. 2024.
- CYRIACO, A. F. F.; NUNN, D.; AMORIM, R. F. B.; FALCÃO, D. P.; MORENO, H. Pesquisa qualitativa: conceitos importantes e breve revisão de sua aplicação à geriatria/gerontologia. **Geriatrics, Gerontology and Aging**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 4-9, 2017.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 36ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREUD, S. Totem e Tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914). In: **Obras completas**. volume 11. [tradução de Paulo César de Souza.] São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 441 p.
- GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, p. 20-29, 1995.
- hooks, b. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. Tradução Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2021.
- IACONELLI, V. **Manifesto antimaternalista: Psicanálise e políticas da reprodução**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

JUNQUEIRA, R. D. C. (Org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, 2009.

LINS, A. B. Método qualitativo na pesquisa acadêmica. **Primeira Evolução**, São Paulo, n. 14, p. 17-24, mar. 2021.

LOURO, G. L. Família e escola: uma questão de limites. In: Louro, G. L. (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 87-100.

MORANDO, A; SOUZA, N.G. S de; SANTOS, P. N dos. “Chamei os dois e perguntei abertamente, quem era o pai e quem era a mãe”: homoparentalidade, docência e educação infantil. **Revista Diversidade e Educação**, [S.I], v. 8, n. 1, p. 452-472, Jan./Jun. 2020. DOI: 10.14295/de.v8i1.11310. Disponível em: <<https://periodicos.furg/divedu/article/view/11310>>. Acesso em: 12.abr.2025.

NOGUEIRA, M. Família e escola na contemporaneidade: os meandros de uma relação. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, [S. I.], v. 31, n. 2, 2008. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/6850>>. Acesso em: 02 jun. 2024.

PALMA, Y. A.; STREY, M. N. A relação família e escola: a diversidade familiar compoendo o contexto escolar. **Revista de Psicologia**, Santiago/CL, v. 24, n. 1, p. 1-17, 2015. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26441024004>>. Acesso em: 02 jun. 2024.

PARR, T. **O livro da família**. [Tradução Kiki Pizante Millan.] São Paulo: Panda Books, 2023.

RIBEIRO, C. M. et al. Homoparentalidade: reflexões sobre a constituição psíquica da criança adotada. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 522-539, dez. 2017. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282017000300007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 jun. 2024.

ROSEMBERG, F. Educação infantil, relações de gênero e sexualidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, p. 19-41, jul. 2002.

SILVA, M. C. P. da. **A construção da parentalidade**: intervenção e prevenção. São Paulo: Blucher, 2024.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF. **Supremo reconhece união homoafetiva**. 05 maio 2011. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=178931&ori=1>>. Acesso em: 12 set. 2024.

VIOTO, B.; FOGAÇA, C. **Família é de todo jeito**: só precisa ter respeito. Ilustrações de Gabi Emmerich. São Paulo: Much, 2024.

ZORNIG, S. M. A-J. Tornar-se pai, tornar-se mãe: O processo de construção da parentalidade. **Tempo Psicanalítico**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 2, p. 453-470, 2010.

7 APÊNDICE

ROTEIRO DA ENTREVISTA COM AS FAMÍLIAS

TEMA: FAMÍLIA

1. Como surgiu o presente casal e em que momento passaram a se entender como uma família?
2. Quais foram os desafios e superações enfrentados até então nesse processo?

TEMA: EDUCAÇÃO

1. Como tem sido criar e estabelecer uma educação para o (a) filho (a) de vocês, levando em consideração o contexto atual da sociedade?
2. Como foi o processo de encontrar uma escola para a criança de vocês? Quais foram os critérios?

TEMA: PERSPECTIVA SOCIAL

1. Na perspectiva de vocês, qual a importância do papel da escola na integração do (a) seu (sua) filho (a) na sociedade?
2. Na ótica de vocês, há alguma relação que possa ser feita entre a criação e socialização de uma criança com o processo educacional dela?